

FICHA DE META DADOS – CEDIM 2019/2	
Nome da Pasta	CNBB_102.8
Autor/Instituição	Institut für Brasilienkunde (Bibliothek)
Número de Documentos	1
Quantidade e tipo de documentação	1 caderno que contém páginas sobre a Conferência Nacional de Bispos do Brasil.. Total de páginas: 53.
Dia/ Mês/Ano	1987.
Formato	Ofício
Resumo	Produzido pelo Institut für Brasilienkunde estes cadernos reúnem matérias veiculadas na imprensa brasileira e alemã, no ano de 1987, sobre a Conferência Nacional de Bispos do Brasil. Este conjunto documental também contempla declarações sobre as eleições presidenciais, propostas políticas para a Constituinte, e sobre o presidente José Sarney.
Palavras-Chave	Conferência; Nacional; Bispos, Brasil; Igreja; Bispado; Catolicismo; Política; Constituinte; José Sarney.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR – CAMPUS NOVA IGUAÇU
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM



Notas explicativas	<p>A contagem de páginas obedece à regra: sempre a partir da primeira após a capa, sendo esta a “01”.</p> <p>Lista das páginas em língua estrangeira: 22, 23, 24, 25, 26, 27 e 28.</p>
---------------------------	--

60

Bibliothek

CNBB

1987: Juni

Institut für Brasilienkunde

KI-BR 102.8

Bibliothek

03 10 10

Bibliothek
Institut für Brasilienkunde
METTINGEN

Papa pode anunciar hoje nome de arcebispo-primaz

Da Reportagem Local

As atenções da Igreja Católica e do governo brasileiro estarão novamente voltadas para o Vaticano, às 12h de hoje (7h em Roma), na expectativa de que o papa João Paulo 2º divulgue o nome do novo arcebispo de Salvador (BA) e primaz do Brasil. A divulgação de nomeações no episcopado costuma ser feita através da sala de imprensa da Santa Sé, às quartas-feiras. Na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Brasília, o único dado existente sobre o sucessor de d. Avelar Brandão Vilela, falecido no final do ano passado, é sobre seu perfil pastoral e político.

De acordo com os assessores da CNBB, o futuro arcebispo de Salvador deverá ser um homem aberto às manifestações culturais e religiosas afro-brasileiras, brasileiro nato, experiente em termos de realidade nordestina (mesmo não tendo nascido nessa região), politicamente moderado, de centro, além de manter um bom diálogo com o governo brasileiro, com o Vaticano e com a própria conferência episcopal. O nome que melhor preencheria essas condições seria o do cardeal-arcebispo de Fortaleza (CE), d. Aloísio Lorscheider, considerado hoje o bispo mais influente no conjunto do episcopado brasileiro. Ele já teria, inclusive, apresentado suas despedidas ao clero da capital cearense, sem dizer,

contudo, o que iria fazer e para onde iria.

Descartando-se a nomeação do secretário da Congregação Vaticana para os Bispos, d. Luças Moreira Neves (que desejaria continuar em seu posto), são apontados mais nove nomes entre os cotados para a arquidiocese de Salvador. A prévia inclui, pela ordem, o bispo-auxiliar de São Paulo e presidente da CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida, seu colega de Santa Maria (RS) e ex-presidente da CNBB, d. Ivo Lorscheider, os arcebispos de Belém (PA), d. Vicente Zico, de Ribeirão Preto (SP), d. Romeu Alberti, de São Luís (MA), d. Paulo Ponte (vice-presidente da CNBB), de Curitiba (PR), d. Pedro Fedalto, de Campinas (SP), d. Gilberto Pereira Lopes, de Brasília, d. José Freire Falcão, e de Belo Horizonte (MG), d. Serafim Fernandes.

Alguns assessores do episcopado brasileiro também comentam que o papa poderia nomear um bispo negro para Salvador, uma das principais cidades negras do mundo. Com essa escolha, a Igreja pretenderia reforçar seu diálogo com a negritude brasileira. No próximo ano, a Igreja celebrará a Campanha da Fraternidade tendo como tema a questão negra. Nessa hipótese, os prelados negros mais citados são o arcebispo de João Pessoa (PB), d. José Maria Pires, e o do bispo de Tocantinópolis (GO), d. Aloísio Hilário de Pinho.

Presidente da CNBB pede mais verba para as católicas

12/6/84 FSP

Da Sucursal de Brasília

O presidente José Sarney prometeu ontem ao presidente da Comissão Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Luciano Mendes de Almeida, ajudar as universidades católicas que se encontram em dificuldades financeiras.

A promessa foi feita durante a primeira audiência de d. Luciano Mendes de Almeida como presidente da CNBB, da qual foi secretário-geral. Segundo d. Luciano, o presidente Sarney disse que compreendia as dificuldades das universidades católicas particu-

lares e que encaminharia ao Ministério da Educação o estudo do problema.

A destinação das verbas que a União aplicará anualmente na manutenção e desenvolvimento do ensino deverá ser um dos pontos mais polêmicos na reunião de hoje da Comissão Temática nº 8 do Congresso constituinte. Existem duas posições fortes e antagônicas: de um lado, os parlamentares do chamado "bloco progressista", defendendo a exclusividade de verbas públicas para as escolas públicas, e, de outro, os que apóiam a tese de que a União poderá também repassar verbas para as esco-

las comunitárias, filantrópicas ou confessionais sem fins lucrativos.

O deputado Arthur da Távola (PMDB-RJ), relator da Comissão, até o início da noite trabalhava na redação final do relatório, que deveria entregar até a meia-noite de ontem. Mas, ainda que a exclusividade de verbas seja mantida em seu relatório (esta posição já havia sido aprovada na subcomissão da Educação, Cultura e Esportes), as duas propostas deverão ser discutidas e votadas a partir de hoje, já que ambas as posições foram garantidas através de emendas apresentadas por constituintes membros daquela Comissão.

PUC começa hoje a apuração da consulta

Da Reportagem Local

No terceiro e último dia de votação em que a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) escolhe uma proposta de saída para sua crise financeira, o quórum de 50% mais um foi atingido ontem às 19h para funcionários e alunos. Até as 20h45, o quórum não havia sido alcançado entre a categoria dos professores. As duas propostas em votação são a estadualização e a fundação mista. A primeira é a proposta que aparentemente contava com a maioria dos votos, segundo os mesários.

A estadualização significaria a absorção da PUC-SP pelo governo. A universidade se tornaria pública e gratuita. Ela seria a quarta universidade do Estado ou se integraria a uma das universidades estaduais já existentes. A fundação mista, defendida pela reitoria da instituição, tornaria a PUC-SP uma universidade "pública não estatal", recebendo verbas públicas e de representantes da sociedade. A apuração começa hoje às 15h. Os dados oficiais serão divulgados no sábado.



Alunos, professores e funcionários votam no campus da PUC da Monte Alegre

A comissão eleitoral estima que 14.280 alunos efetivamente frequentam as aulas. Até as 19h, votaram 7.656. Entre os funcionários, estimados em 1.019, votaram 564 no mesmo horário. Até as 20h45, ainda faltavam 35 votantes entre os professores para

que o quórum fosse atingido. O total é de 1.452 docentes.

Para o secretário da Ciência e Tecnologia do Estado, Ralph Biasi, "como esse assunto ainda está sendo discutido dentro da PUC, nenhuma conclusão chegou a mim. Portanto não tenho condições, nesta fase, de me posicionar."

'Comunitárias' querem ajuda do governo

Da Sucursal de Campinas

Mais verbas públicas para as universidades comunitárias. Esse foi o principal ponto discutido ontem por pró-reitores de pós-graduação e pesquisa de treze universidades particulares, reunidos em Campinas (92 km a noroeste de São Paulo) no 3º Encontro de Responsáveis pela Pesquisa nas Universidades Comunitárias.

As vinte universidades definidas pelo Ministério da Educação (MEC) como comunitárias (privadas, sem fins lucrativos, como as Pontifícias

Universidades Católicas) estão recebendo desde 1985 um auxílio correspondente a 10% de seu orçamento anual, mas está sendo pedido o aumento desse índice para 30% do orçamento.

Segundo Eduardo José Pereira Coelho, 38, reitor da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (Puccamp), promotora do encontro, só com os recursos arrecadados das anuidades pagas pelos alunos não é possível manter cursos de pós-graduação e investir em pesquisas. Coelho citou ainda a dificuldade enfrentada por grupos de pesquisa de universi-

dades particulares para obter financiamentos das agências governamentais para seus projetos.

O reitor da Puccamp afirmou que 30% do orçamento de cada uma das vinte universidades comunitárias corresponderia a 1% do total destinado pelo MEC às universidades federais, somando, neste ano, entre Cz\$ 600 milhões a 800 milhões.

Estão participando do encontro, que termina hoje, representantes da PUC-RJ, PUC-SP, Universidade Metodista de Piracicaba e Universidade Católica do Paraná, entre outros.

Bispos acham que indecisão governamental gera violência

Da Reportagem Local

Quatro dos dez bispos católicos brasileiros incluídos na lista divulgada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) com os nomes de 125 pessoas ameaçadas de morte em todo o país, por causa de seu apoio à reforma agrária, disseram ontem à tarde que o recrudescimento da violência fundiária no Brasil deve-se à "indecisão" do governo federal em mudar a estrutura agrária brasileira, à impunidade dos mandantes de crimes ligados à questão da terra e "ao livre trânsito concedido, pelas autoridades, às forças contrárias a qualquer transformação —por menor que seja— que possa levar a uma melhor distribuição da terra no Brasil". Destacaram, porém, que vão "continuar lutando", apesar das ameaças recebidas —a maioria delas de forma anônima.

D. Marcelo Pinto Carvalheira, 59, bispo de Guarabira (85 km a noroeste de João Pessoa-PB) e responsável pelos leigos e comunidades de base

Igreja denuncia mortes em conflitos fundiários

Da Reportagem Local

O bispo de Ji-Paraná (365 km a sudeste de Porto Velho-RO), d. Antônio Possamai, 68, disse ontem, às 14h30, em Pimenta Bueno (RO), onde está fazendo visita pastoral, que a Igreja Católica local está apurando a morte de seis lavradores, em conflito fundiário ocorrido na semana passada, na zona rural de Pimenta Bueno, em choques com grileiros de terras. Acrescentou que a Igreja, a Pastoral da Terra e outras entidades promoverão, no próximo sábado, em Ji-Paraná, a primeira Romaria da Terra de Rondônia, com o lema "Resistir, partilhar e não migrar", com o objetivo de fazer pressão sobre as autoridades em favor da reforma agrária.

Em Bacabal (245 km a sudeste de São Luiz-MA), o frade franciscano Heriberto Rembecki, 47, assessor do bispo diocesano, d. Pascásio Rettler, em cinco áreas rurais da região central maranhense "com o risco iminente de uma explosão generalizada de violência". Na fazenda São Manuel, município de Junco, 35 famílias de posseiros estão sendo ameaçadas, segundo frei Heriberto pelo grileiro Adelino Barbosa Lima.

na Comissão Episcopal de Pastoral (CEP), da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), disse ontem, às 13h30, que as ameaças de morte que já recebeu "não são nada diante do sofrimento dos lavradores e posseiros" brasileiros.

Já o bispo de Ji-Paraná (365 km a sudeste de Porto Velho-RO), d. Antônio Possamai, 58, disse ontem, às 14h, em Pimenta Bueno (520 km a sudeste de Porto Velho), onde faz visita pastoral, que "falta ao governo vontade política de fazer a reforma agrária, os mandantes de crimes no campo continuam impunes, as forças contrárias à reforma agrária têm trânsito livre em todas as repartições federais e o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário não tem a menor condição para trabalhar".

Outro bispo ameaçado de morte, d. Aldo Mongiano, 67, italiano, disse ontem, às 14h30, em Boa Vista (RR), onde é responsável pela Igreja Católica, que está "muito preocupado com o que está ocorrendo no meio rural brasileiro".

Em Belém, um ato público lembra morte de advogado

Da correspondente em Belém

Cerca de trezentas pessoas participaram ontem, às 10h, de ato público promovido pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil do Pará, em protesto pelo assassinato do assessor jurídico da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado, advogado Paulo Fontelles —ocorrida na quinta-feira passada, no município paraense de Ananindeua (10 km a leste de Belém). Desde dezembro, Fontelles era advogado do sindicato.

O superintendente regional do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Ronaldo Barata —presente ao ato—, afirmou que já pensou em deixar o posto, em virtude da "morosidade do processo de reforma agrária no país e a forte influência de interesses contrários". Acrescentou que "manteremos a esperança de que, paulatinamente, se for possível, conseguiremos realizá-la. Enquanto isso, porém, presenciaremos o tombamento de homens que lutam por sua execução, como Paulo Fontelles". O deputado paraense João Carlos Batista, do PMDB, também participou do ato público, realizado no auditório daquele sindicato.

16-6-87 7mº

O novo choque

Para dom Luciano, sem colaboração da sociedade não haverá congelamento

Da Reportagem Local

O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Luciano Mendes de Almeida, 56, disse que "sem a colaboração de toda a sociedade será difícil observar o congelamento", ao comentar o novo choque anunciado pelo presidente Sarney na última sexta-feira. De acordo com ele, é indispensável para que o congelamento tenha êxito a fiscalização dos preços por parte da população e a autofiscalização por parte do comércio, "pois o governo isoladamente não pode atender a toda a dimensão deste controle". Segundo o presidente da CNBB, o momento é de colaboração.

Dom Luciano afirma que havia uma grande expectativa por uma medida que restringisse a inflação. Neste sentido, alguma determinação presidencial já era esperada. No entanto, "houve uma corrida na remarcação de preços que contraria o espírito do novo plano", disse. Segundo o presidente da CNBB, o congelamento é positivo desde que consiga elevar o poder aquisitivo dos salários, e "atenção especial deveria ser dedicada à esta questão". Com cuidado especial também deve ser tratado o problema dos aluguéis, que se encontram desproporcionais, principalmente para a população de baixa renda, afirmou ele.

Ceticismo

A Igreja Católica vai estudar "com profundidade", em suas várias instâncias de decisão, o significado do novo plano econômico do governo federal, mas, em princípio, está cética com relação aos seus resultados, considerando a experiência negativa dos planos anteriores e "a atitude de descrença" da maioria da população brasileira. É o que disseram o arcebispo de Brasília (DF), dom José Freire Falcão, o arcebispo coadjutor de Belém (PA), dom Joaquim Vicente Zico, o bispo de Guarabira (PB), dom Marcelo Carvalheira, e o bispo-auxiliar do Rio de Janeiro (RJ), dom Afonso Felipe Gregory. Dom Marcelo é responsável, na CNBB, pelos leigos e pelas Comunidades Eclesiais de Base. E dom Afonso Gregory coordena a área da Pastoral Social na conferência episcopal brasileira.

Na opinião de dom Marcelo, a Igreja deverá fazer um estudo aprofundado sobre o novo plano, a curto prazo, para, depois, emitir uma opinião mais completa sobre o assunto. Já dom Joaquim Vicente Zico disse ontem, às 15h, em Belém (PA), que sentiu "angústia e preocupação" ao presidente José Sarney, ao anunciar o novo plano, na última sexta-feira, acreditando que "haja boa vontade em alguns setores oficiais", mas acrescentou que "o atual clima de desesperança faz-nos temer que não haja bons resultados com as novas medidas".

Para dom Afonso Felipe Gregory, a situação do país "é tão grave que alguma medida deveria mesmo ter

sido tomada para enfrentá-la, já que todos sentíamos a ausência dos atuais dirigentes do país diante da realidade vivida pela Nação". Destacou, porém, que "o povo está descrente e não acolheu, até agora, as novas medidas da mesma forma como recebeu o Plano Cruzado I". Dom Afonso disse, ainda, que "pelos primeiros contatos mantidos, nos meios populares cariocas, não pude sentir disposição do povo para colaborar com o novo plano".

Para o arcebispo de Brasília, dom

José Freire Falcão, "os resultados positivos do novo plano vão depender da acolhida popular", destacando que "a credibilidade do governo diante do povo é essencial para que as medidas econômicas dêem certo".

A CNBB deverá analisar os primeiros resultados do novo plano em reunião ordinária da Comissão Episcopal de Pastoral (CEP) —organismo executivo da conferência episcopal católica— a ser realizada na última semana deste mês, em Brasília.

Sarney reúne-se com CNBB e diz que ²⁴⁻⁶⁻⁷⁷ 'povo tem razão de não ter esperança'

Da Sucursal de Brasília

O secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Celso Queiroz, disse ontem que o presidente Sarney afirmou que "a situação sócio-econômica do país é tão difícil que o povo tem razão de não ter esperança". No primeiro encontro com a nova presidência da entidade, composta por d. Luciano Mendes de Almeida (presidente), d. Paulo Ponte (vice-presidente e arcebispo de São Luís, MA) e d. Celso Queiroz, Sarney teria observado ainda que "o governo, os partidos políticos e os grupos mais representativos da sociedade não foram capazes de apresentar um caminho e solução para os graves problemas".

Segundo d. Celso, o presidente apresentou o plano Bresser como uma alternativa para superar os problemas. D. Celso disse ter afirmado ao presidente que há uma preocupação geral com um plano em que "o congelamento dos salários aparece tão claro" e mesmo não ocorrendo em relação aos produtos.

A colocação de d. Celso teria sido complementada por d. Paulo Ponte que reforçou estar havendo um sentimento de desencanto entre o povo.

O presidente teria concordado com d. Paulo e lhe desenhado um gráfico do nível de inflação que o país estava convivendo antes do plano Bresser. Segundo d. Paulo Ponte, o presidente assegurou que as medidas adotadas visam corrigir os erros cometidos quando da edição do primeiro Plano Cruzado, que não tinha um "perfil de globalidade". Em relação aos salários, segundo os bispos, o presidente afirmou que está disposto a aprofundar o diálogo com as autoridades econômicas para superar as dificuldades.

Segundo d. Celso, o presidente disse que está de acordo com a desvinculação do salário mínimo dos grandes salários. D. Luciano afirmou que o presidente disse que, apesar de todas as dificuldades, os planos sociais do governo não serão "congelados", referindo-se ao novo tipo de auxílio (distribuição de pão e macarrão) que será dado às camadas mais pobres da população.

Síntese da preocupação geral



28/6/82
0870

Dom Luciano e os bispos de São Paulo

Uma síntese da preocupação de nosso povo. Assim dom Paulo Evaristo descreveu a escolha das três prioridades para a Arquidiocese de São Paulo nos próximos quatro anos. Explicando cada uma delas, o cardeal disse que "sem comunicação ninguém é cristão" e "sem conhecer a verdade o povo não pode mudar o que não conhece". Dom Paulo lembrou ainda que o povo tem direito de saber a verdade, tanto dos que o enganam assim como daqueles que o ajudam.

Afirmando que sem moradia não há paz, dom Paulo comentou a segunda prioridade da Igreja católica, e disse que os homens não devem viver jogados na rua, mas ter uma moradia para encontrar a paz. Pedindo justiça no mundo do trabalho, ele enfatizou que os trabalhadores devem ganhar o suficiente para que suas famílias não passem fome, necessidades e possam crescer.

O bispo da região de São Miguel Paulista, dom Angélico Sândalo Bernardino, também falou sobre o mundo do trabalho lembrando que, apesar de ser a chave para resolver os problemas sociais, como disse o próprio Papa, há muitas injustiças nesse campo: trabalhadores recebendo

salários de miséria, ameaçados de desemprego e mutilados pela falta de segurança nos locais onde trabalham.

Mensagem de esperança

O atual presidente da CNBB e bispo da Região Leste, Dom Luciano Mendes de Almeida, descreveu a celebração de Corpus Christi como uma constante caminhada da Arquidiocese através das vicissitudes, alegrias e sofrimentos de cada momento, de um povo ainda desanimado, mas que vê com grande esperança a presença renovadora de Jesus Cristo no meio do povo.

Para dom Luciano, que falava pela primeira vez em São Paulo após assumir a presidência da CNBB, a tarde de oração "foi o repassar do espírito no meio do povo das comunidades para retomarem a sua caminhada com mais união, com maior vontade de expandir entre todos o comunicar o reino de Cristo".

Encerrando a celebração, dom Paulo apelou aos participantes que assinassem as listas de propostas para emendas populares na Constituinte, principalmente as que se referem ao direito de participação, defesa da família e da educação, e comunicação e justiça no trabalho.

217 187 710

CNBB apóia uso do 'exorcismo'

Da Sucursal de Brasília

A Igreja não se opõe a iniciativa dos deputados "progressistas" do PMDB de "exorcizar" o "pacto do diabo" na convenção nacional do partido, nos próximos dias 18 e 19. Segundo o porta-voz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), monsenhor Arnaldo Beltrami, a reprodução teatral de um ritual católico não é "desonroso" para a Igreja.

O "exorcismo" do "pacto do diabo" será feito por uma delegação paranaense, que virá a Brasília para participar da convenção peemedebista. Esta é apenas parte da estratégia montada pelos "progressistas". Será exibido também, num telão, um vídeo de 22 minutos, mostrando as "incoerências" de discursos do presidente Sarney e do deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, da Câmara e do Congresso constituinte. A decisão de "exorcizar" o "pacto

do diabo", através de uma representação teatral, foi tomada em função do espaço que o assunto ganhou nos jornais. "Pacto do diabo" é a denominação que surgiu entre os dirigentes do PMDB para se referirem aos indícios de um acordo entre o presidente José Sarney e o deputado Ulysses Guimarães. O acordo previria o apoio de Ulysses a um mandato de cinco anos para Sarney, obtendo em troca o apoio deste para sua candidatura a presidente na próxima

cto do diabo

na convenção nacional do PMDB

sucessão presidencial e/ou a indicação para primeiro-ministro no caso de implantação do sistema parlamentarista no Brasil.

Monsenhor Beltrami afirmou que o teatro está, na verdade, retratando uma tarefa da Igreja no Brasil de hoje, que deveria fazer um ritual de "exorcismo a nível nacional". Ele acrescentou que a Igreja deveria, sobretudo, expulsar o "demônio" daqueles que impedem a reforma

agrária, a reforma econômica e todas as reformas sociais".

Segundo ele, "o demônio" está muito próximo à Igreja e se revela no "assassinato de padres e de trabalhadores". Monsenhor Beltrami disse que no último domingo — Festa de São Pedro — em todas as paróquias foi lido um trecho do Evangelho lembrando que "contra a missão da Igreja as portas do inferno não prevalecerão".

Ele explicou que o ritual do "exor-

cismo" é sacramental por ter sido instituído pela Igreja. Ele é exercido por sacerdotes, com autorização do bispo local após o devido diagnóstico e a necessária preparação. Esta preparação implica em o sacerdote jejuar e em seguida fazer leitura de trechos do Evangelho, orações imprecatórias e também de agradecimento. A Igreja realiza o "exorcismo" quando a pessoa não supera suas dificuldades através da parapsicologia.

Bispos detectam problemas com engajamento de jovens

FEIRA DE SANTANA (BA) — Reunidos até ontem no Centro Diocesano, nesta cidade, para um retiro do clero das Dioceses de Paulo Afonso, Alagoinhas e Feira de Santana, que compõem um sub-regional do Nordeste-3 da CNBB, bispos e padres detectaram uma certa falta de aptidão e entusiasmo entre os jovens das pequenas cidades do interior de se engajar em movimentos leigos e trabalhos de catequese religiosa.

Isto se verifica em decorrência do "excessivo consumismo e de certos valores urbanos para os quais os jovens são atraídos", segundo observou Dom Aluísio Pena, bispo de Paulo Afonso, no norte da Bahia, que engloba uma das áreas mais problemáticas do estado por causa das constantes secas e pelos conflitos gerados em função do reassentamento de famílias desalojadas pelas barragens hidrelétricas que se constróem na região, quase na divisa com Pernambuco.

O grande mal da juventude é de fato o consumismo, incentivado pelos meios de comunicação social. A juventude quer conforto e bem-estar e às vezes se descuida da conscientização social, que verdadeiramente provoca atitudes voltadas para o engajamento — acrescentou Dom Aluísio, para quem os jovens pobres sertanejos vêm na TV "modelos de

vida que gostariam de imitar" e, por isso, fogem para cidades maiores. E alerta que "esses valores trazem perigo de esvaziamento dos ideais, que exigem renúncia e sacrifício".

Já o bispo da Diocese de Alagoinhas, no Recôncavo, Dom Jaime Mota de Farias, afirma que a falta de vocação dos jovens para o trabalho religioso atinge principalmente as camadas mais abastadas, enquanto os das faixas mais populares "partem para a luta e para a formação de grupos porque sentem os problemas sociais mais na pele".

Sem admitir que esse tema tenha sido discutido no retiro, de acesso restrito aos padres e bispos, o vigário de Serrinha, padre Manuel Ruiz, espanhol, defendeu a necessidade de a Igreja intensificar o trabalho junto à juventude, que, para ele "anda por caminhos diferentes, motivada pelo consumismo estimulado pelos meios de comunicação: acho que durante muito tempo foi esquecida a catequese para os jovens, que hoje têm pouca instrução evantélica".

Por sua vez, Dom Ivo Lorscheiter, ex-presidente da CNBB, que participou do retiro na condição de pregador, informou que, apesar disso, está aumentando o interesse dos jovens pelos seminários.

JB 31/7

47117
Fp

Falta legitimidade ao governo, diz CNBB

Da Sucursal de Brasília

A Comissão de Acompanhamento da Constituinte da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), em boletim divulgado ontem, afirma que "para um governo que pretendia ser de transição lhe falta legitimidade e competência para encaminhar o processo para a real democracia". A comissão acusa o governo de buscar formas "anacrônicas" para se manter no poder, como a volta ao Fundo Monetário Internacional (FMI), e "se utiliza do fato da manifestação ocorrida no Rio de Janeiro para trazer à baila novamente a famosa Lei de Segurança Nacional, que grande parte da população jamais poderia supor compatível com os ideais vividos em tempos de Nova República".

Segundo a comissão da CNBB, a retomada destes recursos propicia uma "sensação incômoda".

9/7-187-7d7

D. Luciano prefere Constituinte a eleições diretas

ADAMANTINA - O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Luciano Mendes de Almeida, disse ontem em Adamantina, que não é favorável no momento à realização de campanha por eleições diretas já. Em sua opinião, deve-se agora apoiar a Constituinte, pois cabe a ela determinar o mandato presidencial. E acrescentou: "Sabemos da importância da eleição direta para presidente da República, mas não podemos atropelar aquilo que confiamos: a Constituinte."

Se a Constituinte determinar que as eleições sejam antecipadas, com prazer irei também às urnas. Mas um movimento popular que faça esquecer as coisas mais importantes que não as estruturas de convivência e promoção humanas do brasileiro não seria bom. Não pensamos que só uma pessoa será capaz de organizar este País, mas a colaboração, a consciência e a participação de todos é que devem gerar condições de um avanço democrático."

Dom Luciano se encontra desde segunda-feira participando de um retiro com 58 padres e três bispos das dioceses de Marília, que se realiza no Instituto Pastoral de Adamantina. A eles falou sobre a necessidade de se apoiar o movimento das 30 mil assinaturas por propositura quanto às teses defendidas pela igreja e que serão enviadas à Constituinte dentro do prazo legal.

Ao classificar ontem, em Porto Alegre, como "imprestáveis" os textos produzidos até agora pela Assembleia Nacional Constituinte, o diretor-geral do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, procurador do estado de São Paulo e professor da Faculdade de Direito



da PUC-SP, Celso Bastos, afirmou ser "uma loucura completa" a intenção de introduzir-se na nova carta a estabilidade no emprego e a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais. Os constituintes "ensandeceram de vez", afirmou o professor Celso Bastos, ressaltando o ridículo de terem sido elaborados até projetos regulando os casos em que os diretores de clubes de futebol de várzea podem ser substituídos, e a declaração de que os homens e as mulheres são iguais para todos os fins e direitos, exceto em relação às funções como gestação e amamentação. Ele advertiu, ainda, que a frustração da nação com os resultados da Constituinte poderá criar condições para um golpe de estado, de direita.

Em entrevista coletiva à imprensa, o professor Celso Bastos, que participa na capital gaúcha de um congresso de juristas, afirmou que os trabalhos da constituinte estão se desenvolvendo "muito mal, cometendo-se equívocos imperdoáveis, tanto no aspecto técnico-científico, como no campo político". Frisou que isso está levando à "desmoralização total da Constituinte, que não consegue desentranhar um texto coerente e preciso".

11/7/87 P.M.

Luciano Mendes de Almeida

Propostas populares

Os dias vão passando e cresce o número dos que assinam as propostas populares de emenda ao projeto da Constituição. Nas próximas semanas estas listas serão reunidas e apresentadas aos constituintes em Brasília.

Sinto o dever de sublinhar o valor de dois conjuntos de propostas, patrocinadas pela CNBB em comum com outras entidades, e que têm merecido especial atenção em todo território nacional.

O primeiro conjunto trata dos direitos do homem e da mulher quanto à liberdade religiosa. O artigo inicial afirma que a Constituição da República Federativa do Brasil deve ser promulgada sob a invocação do nome de Deus. O documento elaborado pela CNBB em 1986 lembrava, no entanto, que "o nome de Deus só seria glorificado na medida em que todo o texto constitucional promover e tutelar os direitos fundamentais da pessoa humana, imagem e semelhança de Deus vivo (n. 169). O nome de Deus presidirá, então, não apenas a um texto escrito, mas à organização concreta da sociedade brasileira e a vida do povo.

É dentro da coerência com os direitos fundamentais da pessoa humana que entendemos a proposta do 2.º artigo sobre a liberdade religiosa que "garante a todos o direito à livre opção de concepções religiosas, filosóficas ou políticas" incluindo o direito de difundir, desde que respeitem a liberdade dos demais. Desta afirmação deriva o direito de educar os filhos de acordo com os princípios éticos coerentes com a própria fé. Daí se segue também, que a Constituição deverá resguardar o direito do ensino religioso escolar conforme a convicção religiosa do aluno e de seus responsáveis, bem como a liberdade de assistência religiosa às Forças Armadas e nos estabelecimentos de internação coletiva, garantindo o respeito à opção de cada um.

Requer-se ainda, como corolário da liberdade religiosa, a inclusão do direito e dever dos grupos religiosos de exercerem função crítica na sociedade, com relação à conduta de outros grupos, instituições ou do próprio poder público quando desrespeitem as convicções religiosas ou os valores éticos nelas fundados. Sem este respeito explícito aos valores éticos e religiosos poderá haver restrições ou omissões futuras por parte do Estado que acabarão por minorar o próprio fundamento da ordem moral e jurídica do país.

O outro conjunto de proposições focaliza as normas relativas à ordem econômica, que respondem à constante aspiração do nosso povo. O primeiro artigo, propugnando a prioridade do trabalho sobre o Capital, afirma o direito e o dever de acesso ao trabalho, com justa remuneração, como contribuição de cada brasileiro para o bem comum. Este item vem a propósito, no momento em que são flagrantes as injustiças quanto aos salários que não conseguem prover às necessidades básicas da família do trabalhador. Hoje o aluguel consome a maior parte da retribuição do operário. A atual desobediência ao congelamento proposto pelo governo desrespeita o povo e causa enorme decepção.

Urge um empenho para elevar já o salário básico do trabalhador que permita atender às exigências de vida condigna e que evite, ao mesmo tempo, desníveis excessivos de remuneração acarretando sempre maior desigualdade e tensão social.

Finalmente a emenda popular propõe, com clareza, que "ao direito de propriedade do imóvel rural corresponde uma obrigação social". É este princípio que está na raiz de uma verdadeira reforma agrária. Inútil pensar em justiça social no Brasil sem garantir ao trabalhador o acesso à posse e uso da terra rural e urbana.

No processo Constituinte todos devemos colaborar para que se incorporem à Lei Magna brasileira os pontos indispensáveis ao bem-estar do corpo social. Resta agora esperar, com confiança, que os constituintes, em cumprimento de seu mandato, acolham com fidelidade as proposições que expressam pelas assinaturas a participação ativa do próprio povo.

D. Luciano Mendes de Almeida escreve aos sábados nesta coluna.



Dom Luciano, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

A Igreja condena por razões éticas

O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Luciano Mendes de Almeida, 56, declarou que a geração de filhos em úteros alugados é condenada pela Igreja Católica por razões "éticas" decorrentes da "própria dignidade do ser nascente". Para dom Luciano, o nascimento de uma criança deve ser sempre fruto da "doação" de seus pais, sem "dualidade de referências". "Assim como se deseja que a criança tenha casa, comida e educação, quer-se que ela tenha assegurada, desde o nascimento, a referência dos verdadeiros pais", declarou.

O cardeal-arcebispo do Rio, dom Eugênio Salles, afirmou que "quando uma pessoa chega a ponto de alugar o corpo ou parte dele é porque há uma miséria moral, frequentemente esquecida, que se acrescenta à miséria material". Para o bispo de Duque

de Caxias (RJ), dom Mauro Morelli, a "vida humana e a pessoa humana nunca podem ser colocados em termos de mercado". Segundo ele, "muita gente hoje é obrigada a vender de tudo e a se prostituir" para sobreviver, mas "deve haver um processo para construirmos uma sociedade mais justa, na qual todos possam escolher a vida como um grande dom".

A Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, do Vaticano, no documento "Instrução sobre o Respeito à Vida Humana Nascente e a Dignidade da Procriação", divulgado em 22 de fevereiro último e publicado no Brasil pela Editora Vozes, condena a maternidade substitutiva. A Congregação afirma que a prática é "contrária à unidade do matrimônio e à dignidade da procriação da pessoa humana".

CNBB leva a Ulysses propostas

Lula Marques

Da Sucursal de Brasília



D. Luciano entrega a Ulysses Guimarães as emendas de iniciativa popular

CONSTITUINTE 87



O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, d. Luciano Mendes de Almeida, entregou ontem ao presidente do Congresso constituinte, da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, quatro propostas de emenda de iniciativa popular ao anteprojeto da Constituição, assinadas por um total de 1.761.519 eleitores. As propostas determinam a proibição expressa do aborto; a primazia do trabalho sobre o capital; a liberdade religiosa e a livre criação de escolas, admitindo que sejam apoiadas financeiramente pelo Poder Público ou por entidades privadas.

A quantidade de folhas, distribuídas em mais de trinta volumes e pesando cerca de duzentos quilos, fez com que Ulysses transferisse às pressas o local da solenidade. Ele esperava o presidente do CNBB em seu gabinete, mas foi avisado por assessores de que o encontro naquele local seria impossível, a não ser que se providenciasse carrinhos de carga para levar os volumes. Diante da dificuldade, o deputado saiu de sua sala para encontrar-se com d. Luciano no salão de entrada do Congresso, onde estavam empilhados os documentos.

O encontro foi rápido e contou com a participação, entre outros, dos

líderes peemedebistas. Lá estiveram os senadores Mário Covas, líder no Congresso constituinte, e Fernando Henrique Cardoso, líder no Senado, além do deputado Luiz Henrique (SC). Nenhum representante do PFL ou, mesmo, o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), compareceram na solenidade.

"Confiança popular"

Ao entregar as quatro propostas de emenda de iniciativa popular, d. Luciano Mendes de Almeida afirmou que o número de assinaturas obtido representava a "confiança popular" no Congresso constituinte e no "processo de democratização do país". Disse ainda que o elevado número de

adesões "é uma atitude que demonstra vontade de participação" e que as sugestões apresentadas "são passíveis de modificações, cabendo aos constituintes harmonizá-las e valorizar a confiança do povo".

O deputado Ulysses Guimarães considerou os documentos como uma demonstração do "sucesso da mobilização popular", afirmando que a presença da Igreja "nos ajudará a errar menos". "A Constituinte dedicará apreço extraordinário a esse material, e peço à CNBB que acompanhe o seu encaminhamento", disse. Segundo d. Luciano, a coleta de assinaturas foi feita sob a orientação da CNBB, da Associação de Educação Católica, da Associação Brasileira de Ensino Superior Católico, do Movimento de Educação de Base e da instituição religiosa Caritas.

7-8-52 FLP

Luciano Mendes de Almeida

Propostas chegam a Brasília

A partir desta semana estão chegando a Brasília as propostas assinadas pelo povo. São cada vez mais numerosos os conjuntos de artigos apresentados como emendas ao texto constitucional. Na tarde do dia 29 de julho aconteceu uma cena insólita no saguão da Assembléia Constituinte. Era a data marcada para a entrega de quatro conjuntos de propostas, totalizando 1.761.519 assinaturas, sobre o direito à vida, dignidade da família, educação, liberdade religiosa e ordem econômica. Estas propostas referem-se aos textos patrocinados pela CNBB, associações educativas e promocionais: AEC, Abesc, Cáritas e MEB. As que se referem ao direito do menor serão apresentadas em data especial. Quanto às demais está estabelecido o dia 5 de agosto para a participação popular e 12 para os outros conjuntos de propostas.

Há dois aspectos que caracterizaram o ato de entrega. Sobressaiu em primeiro lugar o volume das pilhas de papel assinado, colocadas em ordem e arte no enorme adro da Assembléia Nacional. Causava até admiração ver aquele tapete de papel cobrindo as lajes de mármore. Além disso, notava-se um ar festivo por parte dos que traziam a preciosa carga contendo algumas das justas aspirações do povo.

O presidente da Assembléia, deputado Ulysses Guimarães, acompanhado pelas lideranças políticas veio receber a comitiva e manifestou sua satisfação ao constatar que a iniciativa popular alcançava resposta tão significativa.

Alguém se expressou com humor: "Vai ser preciso construir logo um anexo para guardar todo o papel que está chegando". É bom que chegue mesmo muito papel carregado de assinaturas. Isto significa que ainda há confiança na Assembléia Constituinte. É de se esperar, também, que os representantes partidários concedam grande atenção a todas as formas de participação popular. Esta atitude poderá se tornar um sinal de alento e reforço no processo democrático.

Nas comunidades cristãs o trabalho continua sob a forma de estudo e aprofundamento dos temas centrais da Constituinte. Mas há uma outra atividade que não pode faltar. É hora de rezar pelo Brasil. Não basta que a lei se aprimore. É preciso que nos tornemos capazes de enfrentar a desigualdade social, a ganância dos que, sem escrúpulos, acumulam terra e capital, insensíveis à miséria e à fome dos seus irmãos. É necessário que superemos a violência no campo e na cidade. Consideremos os assaltos, conflitos de terra, motins e repressões. Tudo isso

requer algo mais do que uma nova Constituição. Temos que reaprender a respeitar e amar o próximo. O recurso a Deus pela oração em família e nas comunidades deve agora se intensificar para criar condições de um novo relacionamento humano num clima de verdadeira concórdia social.

Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil, abençoe o processo constituinte, a participação popular e alcance para todos a conversão do coração e apresse os dias da justiça e fraternidade em nosso Brasil.

D. Luciano Mendes de Almeida escreve aos sábados nesta coluna.

As eleições 'não são o único problema', diz d. Luciano

Da Sucursal de Maceió

O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Luciano Mendes de Almeida, disse ontem pela manhã, em Maceió (AL), que o tema das eleições presidenciais, tratada "com demasiado interesse" pela sociedade, "não é o único problema do país". Para d. Luciano, esse mesmo interesse deveria estar voltado, em maior grau até, para os "problemas básicos da população". Essas declarações foram feitas durante palestra a cerca de quinhentos fiéis católicos, no Teatro Deodoro (zona central), sobre o tema "Fé e Política".

D. Luciano esteve durante o fim-de-semana na capital alagoana participando das comemorações dos quinze anos do Movimento de Curso. O presidente da CNBB disse também que não se deve responsabilizar apenas os governantes responsabilidade pelas mudanças sociais no país. Ao ouvir críticas sobre a atuação da Igreja no plano político, d. Luciano respondeu que ela está "de acordo com a necessidade de mudanças radicais na estrutura social", acrescentando, entretanto, que não aceita que "o Estado tenha que mudar tudo".

05. Aug. 1988

CNBB desaloja Pastoral Rural do Nordeste

Da Reportagem Local

A equipe de quatro funcionários da Pastoral Rural do Secretariado Regional Nordeste 2 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) foi desalojada anteontem à tarde. A determinação partiu da presidência da CNBB regional, que ordenou a desocupação das salas da Pastoral na sede da entidade, na rua do Giriquiti, centro de Recife (PE).

A Pastoral Rural é a versão nordestina da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e vinha sendo pressionada há cerca de um ano pela corrente "conservadora" do episcopado regional, atualmente hegemônica na Igreja do Nordeste. O Secretariado Regional Nordeste 2 abrange os Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

João Batista Natali

Emendas populares

Sem maior estardalhaço, possivelmente uma dúzia de emendas populares conseguirão reunir até o próximo dia 13 as trinta mil assinaturas necessárias para serem submetidas ao plenário constituinte. É com certeza pouco para refletir o descompasso entre as reivindicações muitas vezes contraditórias que elas contêm e o perfil político de deputados e senadores eleitos em novembro. Mas é ao mesmo tempo o suficiente para demonstrar que esse tipo de iniciativa funcionou como um dispositivo pelo qual amplos setores sociais organizaram-se e conseguiram praticar seu "lobby", democraticamente.

Recapitulando: por pressão da CNBB e de um arco partidário "progressista", o Congresso constituinte incluiu em seu regimento a possibilidade de os grupos de pressão submeterem à Comissão de Sistematização suas propostas. O mecanismo, estimulado pela Plenária Pró-Participação Popular na Constituinte, chegou a ser visto como um ingrediente estranho à receita constitucional, cuja maturação — e é o mínimo que se pode dizer — perde-se nos labirintos de sua própria complexidade política.

Um primeiro balanço das emendas populares permite antes de mais nada destacar a pluralidade de objetivos com que elas circularam na coleta de adesões. Se uma delas, sobre a saúde da mulher, previa a liberação e a gratuidade do aborto, outra, patrocinada pela Igreja, opunha-se radicalmente à interrupção da gravidez. A fixação eminentemente "conservadora" de um referendo para 1993, no qual os cidadãos poderiam optar pelo retorno à monarquia (os saudosistas da família Orleans e Bragança e seu trono também se organizaram) contrapunha-se a um projeto de reforma urbana "progressista" que limitava a possibilidade de especulação com terrenos e dava-lhes uma característica prioritariamente social. E, ainda, com relação à terra, em recente debate de televisão, partidários e adversários da reforma agrária apelavam para que o público endossasse, via assinaturas, suas respectivas concepções.

Foram raros os casos de instrumentalização individual ou partidária dessa válvula regimentalmente aberta para a manifestação da vontade de setores da sociedade civil. A antecipação das eleições presidenciais, através de emendas redigidas separadamente pelo grupo do senador Mário Covas, em São Paulo, pelo PT e pelo PDT foram talvez as únicas exceções. E houve, sobretudo, a emenda que obteve 400 mil assinaturas paulistas (a contagem nacional ainda não foi concluída), estipulando a incorporação definitiva, na Constituição, do mecanismo que permite a setenta mil eleitores o encaminhamento de projeto de lei para o Congresso, e, tratando-se do equivalente a 1% do eleitorado, o envio de emendas de reforma constitucional.

618184 FSP

Não há dúvida de que a institucionalização desses canais entre a sociedade civil e o Congresso Nacional abocanha uma parcela da soberania dos deputados e senadores, já que estes perderiam o monopólio que compartilham com o Executivo da iniciativa legislativa. Mas é igualmente verdade que, num estágio embrionário da organização partidária brasileira, cabe à própria sociedade definir por vias paralelas os instrumentos de pressão para que prevaleçam seus interesses setorializados.

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar o artigo de Fernando Henrique Cardoso, que escreve às quintas-feiras nesta coluna.

Emendas popula

A

Semana de 7 a 13
de agosto de 1987res da CNBB
sommam duas mil
assinaturas

O Congresso Constituinte já começa a receber as emendas populares, assinadas por um mínimo de 30 mil cidadãos. Se a Comissão de Sistematização julgá-las procedentes, cada emenda será remetida à apreciação do plenário constituinte.

A data da entrega das emendas gerou polêmicas entre as entidades populares. Reunida a 22 e 23 de julho, quarta e quinta-feira, a Articulação Nacional de Entidades Pró-Participação Popular na Constituinte manteve o dia 12 de agosto como o Dia Nacional da Entrega das Emendas Populares. Como, porém, a data coincidiria com o Dia da Greve Geral, convocada pela CUT a princípio para esta data, algumas entidades preferiram iniciar antes a entrega das assinaturas.

Tentativas de boicote

O balanço do processo envolvendo a coleta de assinaturas foi considerado muito positivo, na medida em que é a primeira vez que a população participa diretamente da apresentação de uma emenda constitucional. Por outra parte, os grupos mais conservadores tentaram, por todos os meios, boicotar esse processo, exatamente em função do conceito de resgate da cidadania que ele pressupõe.

Um dos fatos mais importantes nessa tentativa de descaracterização do processo de coleta de assinaturas e participação popular foi a proposta do senador José Richa (PMDB-PR), de suspensão dos trabalhos constituintes, precisamente no momento em que as entidades representativas estavam mais mobilizadas.

A proposição de José Richa teria sido inspirada no meio militar, o que é negado com insistência pelo senador.

Por outra parte, a decisão do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, de acatar a proposta do deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), para a alteração do calendário constituinte, foi interpretado como uma vitória dos movimentos populares. Conforme a proposta, cada sessão do plenário da Constituinte, na fase dos debates, em agosto e setembro, será dedicada à discussão de um tema. Com isso, um número maior de constituintes poderá manifestar suas opiniões, do que pelo processo tradicional de "pinga-fogo". Do mesmo modo, sabendo com antecipação as datas dos debates, partidos e movimentos pode-

rão traçar melhor suas estratégias de discussão. Um item importante da proposta Plínio Sampaio, entretanto, está descartado pela fórmula encontrada por Ulysses Guimarães: a transmissão dos debates pela televisão, o que ficará impossibilitado, pois as sessões temáticas serão realizadas à noite, ante o chamado horário nobre das televisões.

Milhares de assinaturas

A CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - promoveu a entrega de suas emendas populares a 28 de julho. As emendas foram entregues pelo presidente da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida, ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães.

As quatro emendas patrocinadas pela CNBB foram assinadas,

em conjunto, por quase dois milhões de pessoas. Para a coleta das assinaturas, a CNBB convocou um verdadeiro exército de leigos e religiosos nas paróquias de todo país, além de utilizar uma rede de comunicações que inclui 250 aparelhos de telex, dezenas de emissoras de rádio católicas e o boletim semanal da entidade, com mais de cinco mil exemplares.

As quatro emendas promovidas pela CNBB provocaram discussões acaloradas no meio político. Algumas entidades e grupos progressistas criticaram um dos princípios inseridos na emenda sobre a Educação (749.856 assinaturas), pelo qual as escolas particulares confessionais também receberão as verbas públicas destinadas à Educação. Já a emenda sobre a Família

(515.820) abrange o veto ao aborto. Por outro lado, os grupos progressistas deram total apoio à Emenda sobre a Ordem Econômica (283.381), particularmente nos pontos que se referem à reforma agrária. Por último, a emenda sobre Liberdade Religiosa (212.462) defende o direito à livre escolha religiosa, além de salientar que a nova Constituição deverá ser promulgada "sob a invocação do nome de Deus".

Em São Paulo, as emendas que tiveram maior número de assinaturas foram as que garantem a participação popular, reforma agrária, reforma urbana, direitos dos trabalhadores e direitos da mulher. Essas emendas foram entregues, em sua maioria, a 5 de agosto, em ato promovido pelo Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte.

Repúdio à Lei de Segurança Nacional é consenso na sociedade civil

A libertação, a 24 de julho, do bioquímico Danilo Groff e do professor Maurício Pencak, foi interpretada, por observadores da cena política, como um recuo da cúpula militar, que se sentiu desgastada frente à repercussão negativa da retomada da Lei de Segurança Nacional no seio da sociedade civil. Groff e Pencak foram presos e enquadrados na LSN, sob a acusação de terem agredido ao presidente Sarney, na manifestação de 25 de junho, no Rio de Janeiro.

Sentindo que o repúdio à volta da LSN poderia fortalecer os segmentos progressistas na Constituinte, o estamento militar teria sido levado ao arquivamento, pelo menos por enquanto, daquele instrumento de exceção. De qualquer maneira, o episódio serviu para demonstrar que a área militar está disposta a resgatar os instrumentos repressivos, como forma de intimidar a mobilização popular por reformas estruturais no País. Por decisão do juiz da 2ª Auditoria da Marinha, Roberto Lima e Silva, Groff e Pencak irão responder ao processo em liberdade, embora ainda permaneça a ameaça de retornar à prisão.

Campanha contra a LSN

Uma campanha pela revogação da LSN havia sido deflagrada, no Rio de Janeiro, pelo recém-criado Comitê pela Liberdade dos Presos Políticos. Outra campanha semelhante fora lançada, a 20 de julho, pela Comissão Permanente de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Segundo Maria Helena Moreira Alves, integrante do Comitê pela Liberdade dos Presos Políticos, "a sociedade brasileira não pode aceitar que ainda exista a Lei de Segurança Nacional, aplicada em pleno momento dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte". Irmã do ex-deputado Márcio Morei-

ra Alves, cuja cassação, em 1968, foi o pivô dos fatos que levaram ao Ato Institucional nº 5, de dezembro daquele ano, Maria Helena entende que, "se nos esquecermos do passado, será fácil voltar à repressão".

A primeira atividade da campanha foi a tentativa de visitar Groff e Pencak, no dia 16 de julho, quinta-feira. A visita foi impedida pelos policiais. No dia 17, sexta-feira, membros do Comitê formaram uma "ala", na passeata promovida no centro do Rio de Janeiro, para marcar o Dia Nacional de Lançamento das Emendas Populares. O comitê promove vigílias diárias na porta da delegacia policial, onde estão presos Groff e Pencak.

O Comitê - integrado por representantes da CUT, Famerj, UNE,

Lançado em São Paulo mais um Comitê de Solidariedade aos Presos Políticos

Foi lançado oficialmente no último dia 3 o Comitê de Solidariedade aos Presos Políticos da Nova República - São Paulo, com a participação de políticos, sindicatos e grupos organizados da capital. Depois de várias reuniões preparatórias, o comitê emitiu uma carta aberta à população, onde exige a liberdade dos presos políticos, o fim da Lei de Segurança Nacional, o desmantelamento dos organismos de repressão, a liberdade de organização e expressão, a punição dos torturadores e dos colarinhos brancos e pela absolvição dos presos políticos de Salvador.

Participaram do lançamento do Comitê o presidente do diretório estadual paulista do PT, Djalma Bom, enquadrado na Lei de Segu-

ra Alves, Sindicato dos Metroviários, PDT, PT, PCB, PC do B, PSB, PV e Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, entre outros - também promoveu a ida, dias 18 e 19, a Brasília, de familiares dos presos

políticos para participar da Convenção Nacional do PMDB, no sentido de obter do partido uma posição contra a aplicação da Lei de Segurança Nacional. Embora o partido não se manifestasse oficialmente sobre a questão, alguns parlamentares se comprometeram a lutar contra a aplicação da LSN.

Um indício de que o retorno da aplicação da LSN significou um desgaste político significativo para o governo, foi a decisão do ministro da Justiça, Paulo Brossard, de não mais pedir o enquadramento na Lei de

rança Nacional, e a funcionária pública enquadrada no Código Penal por participar da greve do funcionalismo público, Maria Loyola. Como adesão o Comitê contou com a ABI - Associação Brasileira de Imprensa -, OAB - Ordem dos Advogados do Brasil -, a CUT estadual, o Movimento de Favelas de São Paulo, o Grupo Tortura Nunca Mais, Movimento Negro Unificado e o Fórum Popular e Sindical.

O Comitê de Solidariedade aos Presos Políticos da Nova República vem se reunindo no Sindicato dos Empregados em Empresas e Editoras, na Rua Treze de Maio. A próxima reunião da entidade será na terça-feira, dia 10, na Câmara Municipal.

Segurança do presidente regional do PT de São Paulo, Djalma Bom, acusado de ofender o presidente Sarney no ato pelas diretas-já, realizado a 19 de julho, domingo, na praça da Sé, em São Paulo.

Comissão gaúcha

A Campanha dos Direitos Humanos, contra a Tortura e a Violência e pela Revogação da Lei de Segurança Nacional, foi lançado, a 21 de julho, com ato na Assembléia Legislativa gaúcha, convocado pela Comissão Permanente de Direitos Humanos, Segurança Social e Defesa do Consumidor, Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, Comitê Brasileiro pela Anistia e Centro de Evangelização e Catequese.

Segundo as entidades organizadoras, a Campanha tem dois objetivos básicos: O primeiro, "resgatar a memória dos brasileiros que foram mortos, 'desaparecidos', ou torturados durante a ditadura militar do pós-64, na luta contra o arbítrio, exigindo o esclarecimento desses casos e a união exemplar dos culpados". O segundo objetivo é a luta para que os direitos humanos sejam respeitados no novo texto constitucional, que está sendo discutido pelo Congresso Constituinte.

O primeiro momento da Campanha foi o recebimento pela Comissão de Direitos Humanos da Assembléia gaúcha, dos 12 volumes contendo a obra completa do projeto "Brasil Nunca Mais". As entidades organizadoras da Campanha também promoveram o relançamento do "Dossiê dos Mortos e Desaparecidos", elaborado pelo Comitê Brasileiro pela Anistia. Após uma série de debates, sobre tortura, pena de morte, entre outros temas, um documento será remetido ao Congresso Constituinte.

Luis Henrique de Souza Amaral

O que pode haver em comum entre uma freira remando dentro de uma canoa em um perdido rio do Amapá e um grupo de moradores da periferia de São Paulo andando pelas esburacadas ruas de seu bairro? Ou uma religiosa andando a cavalo nos arredores da cidade de Registro e uma animada festa em um dos bares mais badalados da Rua Augusta? A resposta é: "Participação Popular na Constituinte". Todas estas situações refletem o esforço daqueles que, armados com as folhas de coleta de assinaturas, não mediram esforços para garantir que os constituintes ouvissem o que o povo brasileiro quer na nova Constituição através das Propostas de Iniciativa Constituinte Popular.

Em São Paulo a largada oficial para o recolhimento de assinaturas foi dada na Praça da Sé em um chuvoso sábado, 17 de maio. Neste dia o Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte aglomerou em um ato público cerca de duzentas pessoas, representando diversas entidades e partidos políticos que já estavam com suas propostas populares prontas e recebendo assinaturas. Na época poucos sonhadores imaginavam as proporções que tomaria esta campanha.

O Plenário Pró-Participação sempre foi uma entidade aberta à parti-

Os passos e os rumos do Plenário Pró - Participação Popular na Constituinte

cipação de qualquer pessoa ou grupo. Apesar da maioria de seus participantes não representar, no Plenário, outras entidades ou partidos políticos, existem entidades que, como entidade, participam do Plenário. Entre elas a "Comissão de Justiça e Paz", a OAB, a Andes, a CUT, a CGT, o PT, o PMDB, o PCB, o PSB, a "Comissão Oscar Romero" e grande número de sindicatos. Além destas entidades, outra grande força do Plenário vem das CEB's. Estas, após a "Semana de Fé e Compromisso Social", promovida pela Arquidiocese de São Paulo em setembro e cujo tema foi a Constituinte, começaram a participar muito ativamente da luta pela participação popular formando diversos "plenarinhos" em suas regiões. Este apoio da Igreja Católica à luta pela participação popular na Constituinte já era explicitado quando do lançamento do "Documento de Orientação Pastoral da CNBB Sobre a Nova Ordem Constitucional" que tem entre seus pontos-chave a "criação de alavancas de transformação social para permitir um permanente aperfeiçoamento tanto da Constituição quanto de toda a legislação".

O futuro

Com o apoio de todas estas entidades, somado à luta de seus participantes, o Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte começou a conquistar espaços na Imprensa e crescer muito em importância para

os constituintes e a classe política em geral. Na Sala da Constituinte da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco é realizada, no dia 28 de junho, uma noite de autógrafos para as emendas populares. Durante todo o ato personalidades do mundo das artes, do jornalismo, intelectuais, políticos e empresários compareceram para assinar as propostas. Estiveram presentes o ex-governador Franco Montoro, a filósofa Marilena Chaui, o jurista Dalmo Dallari, os constituintes José Genoíno (PT-SP), Plínio de A. Sampaio (PT-SP), Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) e Michel Temer (PMDB-SP). Também presentes os jornalistas J.B. Natali e Ricardo Kotscho, além do empresário Lawrence Phill e o publicitário Carlito Maia.

O respaldo popular para a maioria das propostas começou a crescer dia-a-dia. Em Brasília alguns deputados começam a imitar o povo e dar grande apoio aos representantes do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte. Entre os deputados mais atuantes estão: Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), José Genoíno (PT-SP), Nelson Jobim (PMDB-RS), Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), Brandão Monteiro (PDT-RJ), José Maria Eymael (PDC-SP), Adhemar de Barros Filho (PDT-SP) e os senadores Mário Covas (PMDB-SP), e Fernando Henrique (PMDB-SP), além do ex-deputado João Gilberto (PMDB-RS).

Apesar da discrepância partidária, todos estes constituintes acreditam que as propostas de iniciativa popular são um reforço para os que lutam por uma Constituição mais avançada, fornecendo a eles um respaldo popular inquestionável. Se as propostas criaram um fato político importante, elas também serviram como fator de conscientização política. Quando uma pessoa assina uma proposta, colocando também os dados de seu título de eleitor, ela se sente votando, não em uma pessoa mas em uma idéia. E é necessário discutir esta idéia o que levou a organização de debates e a criação de cartilhas explicativas. Além disso quem assinou uma proposta lutará para que ela seja aceita na Constituição e pode ser fatal para a carreira política de um deputado rejeitar uma proposta subscrita por milhares de brasileiros.

Depois das entregas das propostas populares nos dias 5 e 12 de junho, dezenas de Estados estão organizando caravanas para Brasília, o Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte passa a lutar pela aprovação das emendas populares e a propor novas emendas buscando o aperfeiçoamento da nova Constituição. Para os que viveram esta experiência a chegada das milhares de assinaturas no Congresso representa a certeza da vitória e o melhor incentivo para continuá-la.

Ibase prevê um Brasil liberal, sem reformas.

O cenário político, social e econômico brasileiro, desenhado no Congresso Constituinte, indica quatro alternativas para o futuro do país: neo-autoritarismo, liberalismo sem reformas, liberalismo com reformas sociais importantes e democratização com reformas estruturais.

Para o Ibase - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas -, sediado no Rio de Janeiro, a tendência mais forte, diante do contexto nacional e da dinâmica do processo constituinte, é o Brasil caminhar a passos largos para o liberalismo sem reformas. A segunda alternativa, mais improvável de acontecer, seria um país marcado pela liberalização com reformas sociais importantes. A instauração de um neoautoritarismo, ou da democratização com reformas estruturais, estão na mesma posição no horizonte de possibilidades, segundo o prognóstico do IBASE: são hipóteses remotas, mas nem por isso de todo descartadas.

Neo-autoritarismo

A possibilidade de instauração de um regime neo-autoritário no país é remota, de acordo com o Ibase, e só ocorreria como consequência "de uma situação social explosiva e incontrolável que desarticule todos os sistemas econômicos, sociais e políticos que mantêm a ordem capitalista atual". Para que chegasse a essa situação, teria, antes, de ocorrer "saques generalizados, conflitos e violências de massa nas grandes cidades que paralisassem o processo produtivo em escala nacional, atentados terroristas espetaculares, medo generalizado, somados a uma total incapacidade de governar do grupo dirigente no poder".

O Brasil neo-autoritarismo teria um presidencialismo exacerbado com uma Constituição imposta por decreto e conservadora. Um Executivo forte, Legislativo e Judiciário fracos ou figurativos. Uma presença militar onipotente. A União fortalecida, Estados fracos e Municípios inexpressivos. Economia transnacionalizada, voltada para o mercado externo e gerenciada pelo FMI, com o pagamento da dívida externa, organizações populares reprimidas, imprensa censurada, Igrejas reprimidas, em particular seus setores mais progressistas.

Liberalismo sem reformas

Para o IBASE, a tendência mais forte no momento para o destino do Brasil é um país liberal sem reformas. Continuará o presidencialismo forte. A Constituição seria conservadora na ordem econômica e liberal no capítulo dos direitos individuais. "Isto é, os direitos de 10% dos cidadãos brasileiros seriam respeitados", observa o Instituto. O Executivo seria forte, Legislativo e Judiciário com um papel secundário. A administração pública seria controlada pelos grupos dominantes. A Federação seria preponderante, os Estados teriam um papel importante, mas os Municípios não teriam qualquer expressão. As Forças Armadas continuariam a ter um papel dominante, "tentando ser discretas (como hoje)".

A economia seria transnacionalizada, o Estado atenderia as emergências sociais, mas sem promover reformas estruturais.

Reforma agrária nem pensar, sendo atendidos apenas os sem terra acampados em beiras de estradas, "PRINCIPALMENTE QUANDO NOTICIADOS PELOS GRANDES JORNAIS E TEVÊS". O Ibase calcula que, "neste cenário, a sociedade civil veria ampliado seu nível de organização social em oposição ao Estado". O exercício da cidadania seria expressivo mas contido. Imprensa censurada pelos interesses empresariais. As Igrejas ampliariam seu papel mobilizador em oposição ao Estado, "deslegitimizando a ordem". Entende o Instituto que a resultante desse cenário liberal sem reformas seria "o crescimento das tensões sociais e o desenvolvimento do antagonismo entre Estado e sociedade civil que gerou a crise e o fim da Velha República".

Liberalismo com reformas

Regime parlamentarista "à brasileira". Constituição liberal na ordem econômica e sensível ao social com os direitos sociais e individuais. Reforma agrária um pouco mais avançada que o Estado da Terra. Executivo, Legislativo e Judiciário teriam poderes equânimes. Administração pública profissional, com relativa autonomia em relação à rotatividade do poder e ao controle dos partidos. União, Estados e Municípios teriam poder mais equilibrado. Os partidos teriam vida mais consistente, sendo os principais definidores do poder político a todos os níveis do Estado.

As Forças Armadas teriam um papel reduzido, sob o controle das autoridades civis. Seria redefinido o papel do Brasil a nível da economia transnacionalizada, com ênfase ao mercado interno. Reforma agrária moderada, com a ampliação dos produtores internos. Combate sério à miséria absoluta. As organizações da sociedade civil teriam papel acentuado, assim como o aumento da cidadania. As Igrejas teriam papel ativo nos processos sociais, "passando grande parte de sua liderança aos movimentos laicos e às instituições da sociedade civil".

Democratização com reformas

Essa hipótese, que o Ibase coloca no terreno das utopias, significaria um regime parlamentarista. Constituição avançada em todos aspectos. Executivo subordinado ao Legislativo e Judiciário. Administração pública profissional, sob o controle da sociedade. Poderes dos Estados e principalmente Municípios ampliados em relação aos da União. Forças Armadas com pequeno poder, concentrando suas atividades nas tarefas profissionais e em defesa da soberania do país. Economia voltada para o nacional, em favor das necessidades básicas da população. Reforma Agrária profunda, com o fim da concentração fundiária e violência no campo. Exercício pleno da cidadania. Imprensa livre e relacionada à comunidade. As Igrejas encontrariam um amplo espaço para o desenvolvimento de suas propostas e práticas comunitárias. Este cenário, conclui o IBASE, a curto prazo, teria a iluminá-lo apenas a estrela da esperança. "Ao longo prazo, este cenário terá o brilho de uma galáxia".

NATIONALER CHRISTENRAT BRASILIENS - CONIC

Aufruf um die gemeinsame Verpflichtung zur Demokratie

Die nationale Lage ist äußerst ernst. Die Kirchen nehmen hierzu Stellung und tun es aufgrund ihrer Verpflichtung mit Jesus Christus, mit seinem Evangelium und mit dem Leben, das er kam zu retten. Sie sind es den Regierenden und der Nation schuldig, diese Warnung und diesen Aufruf auszusprechen - immer im Dienst dessen, was dem Frieden dient. Liebe kann sich nicht abfinden mit Ungerechtigkeit, Hunger und Leid, und wer nicht so handelt, ist vor Gott und den Menschen schuldig. Aufgrund dieser Verpflichtung nehmen die Kirchen Stellung.

DIE LAGE -

1. Für die Mehrheit der Bevölkerung machen sich mehr und mehr die negativen Folgen einer perversen und unausgeglichenen Wirtschaftsstruktur bemerkbar. Das Kommen und Gehen der Inflation und selbst die Mittel, mit denen man dieser begegnen möchte, erhöhen nur die Schwierigkeiten und Unsicherheiten. Das Problem der Arbeitslosigkeit bleibt ungelöst. Für den größten Teil der Bevölkerung bleiben die Grundbedürfnisse des Menschen unerfüllt, Stadt und Land sind von Plünderungen bedroht, Gewalt ist allgegenwärtig.

2. Die unerläßliche Glaubwürdigkeit in die Regierung als Institution ist zutiefst erschüttert. Selbst da, wo Regierungsmaßnahmen augenscheinlich bessere Resultate erzielen, sind es nur wenige, die diesem Erfolg vertrauen oder an ihn glauben. Für die Mehrheit der Bevölkerung bleibt das Bild der Unfähigkeit und Unzuverlässigkeit bestehen. Anklagen von Korruption und illegaler Bereicherung, von Gehaltsvorteilen, Macht- und Prestigekämpfen, von Opportunismus und Straflosigkeit führen bei dem einfachen Bürger zu der Ansicht, daß die sog. politische Kaste beinahe ausschließlich aus Opportunisten besteht. Ein Gefühl der ratlosen Ohnmacht führt zur Hoffnungslosigkeit, ja sogar zur Verzweiflung.

3. Die sozialen Konflikte nehmen nur deshalb nicht überhand, weil die Angst die Reaktionen beeinträchtigt. Auf dem Land nimmt die Gewalt im Kampf um die Erde erheblich zu. Politische Spannungen und Interessenantagonismen haben die Gesetzgebende Versammlung durchdrungen und lassen Engpässe und Unzufriedenheiten voraussehen. Die Teilnahme des Volkes an der Ausarbeitung des neuen Grundgesetzes - in der Tat ein großer Schritt zur Demokratie hin - läuft Gefahr, noch größere Frustrationen zu bewirken, wenn die Erwartungen des Volkes nicht erfüllt werden.

4. Die Möglichkeit eines politischen Rückschrittes tritt immer wieder an die Oberfläche, obwohl niemand einen

solchen erwünscht, denn die schwersten Folgen und Folgen, die NATIONALER CHRISTENRAT BRASILIENS - CONIC sind ein Aufruf um die gemeinsame Verpflichtung zur Demokratie

Die nationale Lage ist äußerst ernst. Die Kirchen nehmen hierzu Stellung und tun es aufgrund ihrer Verpflichtung mit Jesus Christus, mit seinem Evangelium und mit dem Leben, das er kam zu retten. Sie sind es den Regierenden und der Nation schuldig, diese Warnung und diesen Aufruf auszusprechen - immer im Dienst dessen, was dem Frieden dient. Liebe kann sich nicht abfinden mit Ungerechtigkeit, Hunger und Leid, und wer nicht so handelt, ist vor Gott und den Menschen schuldig. Aufgrund dieser Verpflichtung nehmen die Kirchen Stellung.

DIE LAGE -

1. Für die Mehrheit der Bevölkerung machen sich mehr und mehr die negativen Folgen einer perversen und unausgeglichene Wirtschaftsstruktur bemerkbar. Das Kommen und Gehen der Inflation und selbst die Mittel, mit denen man dieser begegnen möchte, erhöhen nur die Schwierigkeiten und Unsicherheiten. Das Problem der Arbeitslosigkeit bleibt ungelöst. Für den größten Teil der Bevölkerung bleiben die Grundbedürfnisse des Menschen unerfüllt, Stadt und Land sind von Plünderungen bedroht, Gewalt ist allgegenwärtig.
2. Die unerläßliche Glaubwürdigkeit in die Regierung als Institution ist zutiefst erschüttert. Selbst da, wo Regierungsmaßnahmen augenscheinlich bessere Resultate erzielen, sind es nur wenige, die diesem Erfolg vertrauen oder an ihn glauben. Für die Mehrheit der Bevölkerung bleibt das Bild der Unfähigkeit und Unzuverlässigkeit bestehen. Anklagen von Korruption und illegaler Bereicherung, von Gehaltsvorteilen, Macht- und Prestigekämpfen, von Opportunismus und Straflosigkeit führen bei dem einfachen Bürger zu der Ansicht, daß die sog. politische Kaste beinahe ausschließlich aus Opportunisten besteht. Ein Gefühl der ratlosen Ohnmacht führt zur Hoffnungslosigkeit, ja sogar zur Verzweiflung.
3. Die sozialen Konflikte nehmen nur deshalb nicht überhand, weil die Angst die Reaktionen beeinträchtigt. Auf dem Land nimmt die Gewalt im Kampf um die Erde erheblich zu. Politische Spannungen und Interessenantagonismen haben die Gesetzgebende Versammlung durchdrungen und lassen Engpässe und Unzufriedenheiten voraussehen. Die Teilnahme des Volkes an der Ausarbeitung des neuen Grundgesetzes - in der Tat ein großer Schritt zur Demokratie hin - läuft Gefahr, noch größere Frustrationen zu bewirken, wenn die Erwartungen des Volkes nicht erfüllt werden.
4. Die Möglichkeit eines politischen Rückschrittes tritt immer wieder an die Oberfläche, obwohl niemand einen

solchen erwünscht, denn die schwersten Folgen und Folgen, die NATIONALER CHRISTENRAT BRASILIENS - CONIC sind ein Aufruf um die gemeinsame Verpflichtung zur Demokratie

Die nationale Lage ist äußerst ernst. Die Kirchen nehmen hierzu Stellung und tun es aufgrund ihrer Verpflichtung mit Jesus Christus, mit seinem Evangelium und mit dem Leben, das er kam zu retten. Sie sind es den Regierenden und der Nation schuldig, diese Warnung und diesen Aufruf auszusprechen - immer im Dienst dessen, was dem Frieden dient. Liebe kann sich nicht abfinden mit Ungerechtigkeit, Hunger und Leid, und wer nicht so handelt, ist vor Gott und den Menschen schuldig. Aufgrund dieser Verpflichtung nehmen die Kirchen Stellung.

DIE LAGE -

1. Für die Mehrheit der Bevölkerung machen sich mehr und mehr die negativen Folgen einer perversen und unausgeglichene Wirtschaftsstruktur bemerkbar. Das Kommen und Gehen der Inflation und selbst die Mittel, mit denen man dieser begegnen möchte, erhöhen nur die Schwierigkeiten und Unsicherheiten. Das Problem der Arbeitslosigkeit bleibt ungelöst. Für den größten Teil der Bevölkerung bleiben die Grundbedürfnisse des Menschen unerfüllt, Stadt und Land sind von Plünderungen bedroht, Gewalt ist allgegenwärtig.
2. Die unerläßliche Glaubwürdigkeit in die Regierung als Institution ist zutiefst erschüttert. Selbst da, wo Regierungsmaßnahmen augenscheinlich bessere Resultate erzielen, sind es nur wenige, die diesem Erfolg vertrauen oder an ihn glauben. Für die Mehrheit der Bevölkerung bleibt das Bild der Unfähigkeit und Unzuverlässigkeit bestehen. Anklagen von Korruption und illegaler Bereicherung, von Gehaltsvorteilen, Macht- und Prestigekämpfen, von Opportunismus und Straflosigkeit führen bei dem einfachen Bürger zu der Ansicht, daß die sog. politische Kaste beinahe ausschließlich aus Opportunisten besteht. Ein Gefühl der ratlosen Ohnmacht führt zur Hoffnungslosigkeit, ja sogar zur Verzweiflung.
3. Die sozialen Konflikte nehmen nur deshalb nicht überhand, weil die Angst die Reaktionen beeinträchtigt. Auf dem Land nimmt die Gewalt im Kampf um die Erde erheblich zu. Politische Spannungen und Interessenantagonismen haben die Gesetzgebende Versammlung durchdrungen und lassen Engpässe und Unzufriedenheiten voraussehen. Die Teilnahme des Volkes an der Ausarbeitung des neuen Grundgesetzes - in der Tat ein großer Schritt zur Demokratie hin - läuft Gefahr, noch größere Frustrationen zu bewirken, wenn die Erwartungen des Volkes nicht erfüllt werden.
4. Die Möglichkeit eines politischen Rückschrittes tritt immer wieder an die Oberfläche, obwohl niemand einen

Die nationale Lage ist äußerst ernst. Die Kirchen
nehmen hierzu Stellung und tun es aufgrund ihrer Verpflich-
tung mit Jesus Christus, mit seinem Evangelium und mit dem
Leben, das er kam zu retten. Sie sind es den Revolutionären
und der Nation schuldig, diese Warnung und diesen Aufruf
auszusprechen - immer im Dienst dessen, was den Frieden
dient. Liebe kann sich nicht abfinden mit Ungerechtigkeit,
Hunger und Leid, und wer nicht so handelt, ist vor Gott und
den Menschen schuldig. Aufgrund dieser Verpflichtung nehmen
die Kirchen Stellung.

DIE LAGE -

1. Für die Mehrheit der Bevölkerung machen sich mehr
und mehr die negativen Folgen einer pauperen und unange-
ordneten Wirtschaftsentwicklung bemerkbar. Das Kommen und Ge-
hen der Inflation und selbst die Mittel, mit denen man die-
sen bedegen möchte, erhöhen nur die Schwierigkeiten und
Unsicherheiten. Das Problem der Arbeitslosigkeit bleibt un-
gelöst. Für den größten Teil der Bevölkerung bleiben die
Grundbedürfnisse des Menschen unerfüllt, Stadt und Land
sind von Forderungen bedrückt, Gewalt ist allgegenwärtig.

2. Die unerbittliche Gleichgültigkeit in der Regierung
als Institution ist zuzusetzen. Selbst da, wo Re-
paraturmaßnahmen zusehends besser Resultate erzie-
len, sind es nur wenige, die diesem Erfolg vertrauen oder
an ihn glauben. Für die Mehrheit der Bevölkerung bleibt das
Bild der Unfähigkeit und Unzuverlässigkeit bestehen. Anstie-
gen von Korruption und ineffizienter Bereinigung, von Gehältern
vorteilhaft, Macht- und Prestigekämpfen, von Opportunismus
und Eitelkeit führen bei dem einzelnen Bürger zu der
Ansicht, daß die sog. politische Klasse keine ausschließ-
lich aus Opportunisten besteht. Die Gefahr der nationalen
Ohnmacht führt zur Hoffnungslosigkeit, ja sogar zur Ver-
zweiflung.

3. Die sozialen Konflikte nehmen nur deshalb nicht
überhand, weil die Angst die Reaktionen beschränkt. Auf
dem Land nimmt die Gewalt im Kampf um die Erde erheblich
zu. Politische Spannungen und Interessenskonflikte haben
die Gesetzgebende Versammlung durchdrungen und lassen Ent-
würde und Unzufriedenheiten voraussehen. Die Teilung der
Volkes an der Ausarbeitung des neuen Grundgesetzes - in der
Tat ein großer Schritt zur Demokratie hin - führt Gefahr,
noch größere Frontstellungen zu betreiben, wenn die Parteien
den des Volkes nicht erbittet werden.

4. Die Möglichkeit eines politischen Rückschrittes
tritt immer wieder an die Oberfläche, obwohl niemand einen

solchen erwünscht, denn die schmerzlichen Erinnerungen und
Folgen, die das letzte autoritäre Regime hinterlassen hat,
sind noch sehr lebendig.

PERSPEKTIVE -

5. Es ist allgemein bekannt, daß die Tragödie der un-
terentwickelten Länder - auch Brasilien gehört dazu, ein
Land, das in der Welt an erster Stelle steht bezüglich der
Einkommensakkumulierung - in der extremen Rückständigkeit
bei der Versorgung sozialer Bedürfnisse zu suchen ist. Zah-
len brauchen hier nicht genannt zu werden, obwohl viele von
diesen noch von der Illusion eines großen Brasiliens zeugen
in Unkenntnis dessen, was sich in den unteren Stockwerken
der brasilianischen Gesellschaft abspielt. Ein vor kurzem
dem Präsidenten der Republik vorgelegter Plan zur Beseiti-
gung von Armut und Elend in unserem Land offenbart den ob-
jektiven Tatbestand: selbst unter größten Anstrengungen
könnte Brasilien erst im Jahr 2000 seiner Bevölkerung nur
das soziale Niveau bieten, das heute die ärmsten Länder Eu-
ropas aufweisen. Wir sind uns dessen bewußt, daß dieser ak-
kumulierte Rückstand es Ländern wie dem unseren unmöglich
macht, zwischen mehr sozialisierenden und mehr konservati-
ven Regierungsperioden zu alternieren, was ja gerade das
politische Leben der reichen kapitalistischen Länder cha-
rakterisiert. In unserem Land wechseln halbdemokratische
politische Öffnungsperioden ab mit stark repressiven Regie-
rungsformen, um zu verhindern, daß die Macht jemals aus den
Händen der Privilegierten genommen wird.

7. Der so entstandene Teufelskreis läßt die Aussichten
nur dramatisch sein. Da der Kapitalismus nur dort nicht
wild regiert, wo die Verteidigungsmechanismen der Demokra-
tie funktionieren, wird bei jedem Rückschlag der Demokratie
das Einkommen noch stärker akkumuliert, häuft sich die Kor-
ruption und die Straflosigkeit und nehmen zugleich Repres-
sion und Gewalt gegenüber jenen zu, die eine immer mehr
ausgebeutete Bevölkerung zu verteidigen suchen. Bei jeder
demokratischen Öffnung, die dieser Abschottungszyklus letz-
tendlich fordert, führen wachsende Lawinen von sozialen
Forderungen, die unerfüllbar sind, zur Erstickung der Re-
gierenden, wodurch Freiräume für widersprüchliche populi-
stische Opportunismen geschaffen werden. Das Anwachsen der
Probleme bewirkt eine Verkürzung dieser Zyklen, was bei
denen, die sich für eine grundsätzliche Änderung der Struk-
turen einsetzen, zum Unglauben an eine friedliche Lösung
der Probleme führt.

8. Ein politischer Rückschritt/-schlag kann zu dem
jetzigen Zeitpunkt also fatale Folgen haben. Die Bedingun-
gen wären geschaffen, um unkontrollierbare soziale Ausläu-
fer mit dem bewaffneten Machtkampf liebäugeln zu lassen. So
würden wir nach und nach in einen Bürgerkrieg ohne Ende ge-
raten - wie es bereits in mehreren Ländern der Dritten Welt

solchen erzwungen, denn die schwerwiegenden Folgen, die das letzte autoritäre Regime hinterlassen hat, sind noch sehr lebendig.

PERSPEKTIVE -

8. Es ist allgemein bekannt, daß die Tragedie der un-
entwickelten Länder - auch Brasilien gehört dazu - ein
Land, das in der Welt an erster Stelle steht bezüglich der
Einkommensakkumulation - in der extremen Rückständigkeit
bei der Versorgung sozialer Bedürfnisse zu suchen ist. Ein
von diesen hier nicht genannt zu werden, obwohl viele von
diesen noch von der Illusion eines großen brasilianischen
in Unkenntnis dessen, was sich in den letzten Jahrzehnten
der brasilianischen Gesellschaft abspielt. Ein vor kurzem
dem Präsidenten der Republik vorgelegter Plan zur Bewälti-
gung von Armut und Hunger in unserem Land offenbart den op-
timalen Tatbestand: selbst unter größter Anstrengung
könnte Brasilien erst im Jahr 2000 seiner Bevölkerung nur
das soziale Niveau bieten, das heute die ärmsten Länder Eu-
ropas aufweisen. Wir sind uns dessen bewußt, daß diese ak-
kumulierte Rückständigkeit es Ländern wie dem unseren unmöglich
macht, zwischen mehr sozialisierenden und mehr konservati-
ven Regierungsperioden zu alternieren, was ja gerade das
politische Leben der reichen kapitalistischen Länder cha-
rakterisiert. In unserem Land wechseln parlamentarische
politische Öffnungsperioden ab mit stark repressiven Regie-
rungsformen, um zu verhindern, daß die Macht jemals aus den
Händen der Privilegierten genommen wird.

7. Der so entstandene Teufelskreis 1964 die Ausrichtung
nur dramatisch sein. Da der Kapitalismus nur dort nicht
wird regiert, wo die Verteidigungsmechanismen der Demokratie
die funktionieren; wird bei jedem Rückschlag der Demokratie
das Einkommen noch stärker akkumuliert, heißt es die Kor-
ruption und die Straflosigkeit und nehmen zugleich Repres-
sion und Gewalt gegenüber jenen zu, die eine immer mehr
ausgedehnte Bevölkerung zu verteidigen suchen. Bei jeder
demokratischen Öffnung, die dieser Abwärtsentwicklung letz-
endlich fördert, führen wachsende Massen von sozialen
Forderungen, die unerfüllbar sind, zur Verstärkung der Re-
pressionen, wodurch Forderungen für widerprüchliche politi-
sche Opportunismen geschellen werden. Des Anwachsens der
Probleme bewirkt eine Verkürzung dieser Zyklen, was bei
denen, die sich für eine grundsätzliche Änderung der Struk-
turen einsetzen, zum Unglücken an einer friedlichen Lösung
der Probleme führt.

8. Ein politischer Rückschritt - sollte kann zu dem
jetzigen Zeitpunkt also keine Folgen haben. Die Bedingun-
gen wären geschaffen, um unkontrollierbare soziale Ausläu-
fer mit dem bewährtesten Nachkriegsmodell zu lassen. So
würden wir nach und nach in einen Bürgerkrieg ohne Ende ge-
raten - wie es bereits in mehreren Ländern der Dritten Welt

in der Lage sein, die soziale, wirtschaftliche und politi-
sche Lage des Landes zu verbessern.

und speziell in Lateinamerika geschieht - mit der Hilfe der
erer, die sich an Waffengeschäften bereichern, und mit dem
Wohlwollen der Länder, die diese Waffen herstellen und der
deren Bevölkerung auf diese Weise unbewußt zu Nutznießern des
Elends der armen Länder wird. In dieser Perspektive, die
schnell in Brasilien Wirklichkeit werden kann angesichts
seiner Größe und geopolitischen Bedeutung, wird das Erbe,
das wir zukünftigen Generationen hinterlassen, die risiko-
volle Verantwortung sein, unser Land davor zu bewahren, daß
es zu einem weiteren menschlichen Pulverfaß der unterent-
wickelten Welt wird.

9. Es ist daher unerlässlich, daß wir uns mit all un-
seren Kräften für die Kontinuität des Demokratisierungspro-
zesses einsetzen und so das Vertrauen und die Hoffnung wieder-
finden.

AUFGABEN -

10. Schwer sind die zu lösenden Probleme, um einen
Rückschlag zu vermeiden. Die Regierung kann nicht mehr für
sich allein die Lösung derselben beanspruchen. Wir haben
keine andere Alternative als Lösungen zu suchen, die die
gesamte brasilianische Gesellschaft miteinbeziehen. Zu die-
sem kollektiven Einsatz müssen insbesondere diejenigen auf-
gerufen werden, in deren Hände Land und Kapital konzen-
triert sind, damit sie sich in brüderlicher und solidari-
scher Haltung bereit erklären, ihre Güter mit anderen zu
teilen. Den politischen Führungskräften gebührt besondere
Verantwortung, da sie der Gesellschaft als Beispiel dienen
müssen. von ihnen wird ein Beweis echter Selbstlosigkeit
gefordert, losgelöst von parteilichen und persönlichen In-
teressen.

11. Einige positive Zeichen werden bereits von der
Gesellschaft gesetzt. Auf Regierungsebene häufen sich die
Aufrufe zu Abkommen und die Vorschläge gemeinsamen Handelns
zwischen Parteien und Institutionen. Auf Bevölkerungsebene
zeigt die große Anteilnahme der Bevölkerung an der Ausar-
beitung des neuen Grundgesetzes, daß trotz der vielen Ent-
täuschungen noch enorme Energien vorhanden sind, die die
Hoffnung auf einen Wandel aufrechterhalten. Es gilt diese
Zeichen wahrzunehmen, an die moralischen Reserven unseres
Volkes zu glauben und mit Treue die notwendigen Verpflich-
tungen einzugehen.

12. Es ist unabdingbar, daß eine glaubwürdige, kol-
lektive Führung in unserem Land hervortritt. Diese kollek-
tive Führung muß nicht nur durch die Regierung wahrgenommen
werden, sondern auch durch die Gewerkschaften, Berufsgenos-
senschaften, Kirchen und andere nationale Einrichtungen,
die das Vertrauen des Volkes verdienen, und durch die Par-
teien, die sich mit den dringenden Forderungen der sozialen
Gerechtigkeit identifizieren. Nur eine solche Führung wird

in der Lage sein, die soziale, wirtschaftliche und politische Dynamik des Landes umzusteuern.

13. Bei der Suche nach Lösungen müssen die derzeitigen objektiven Tatbestände und die externen Variablen, die nicht nur von uns abhängig sind, berücksichtigt werden. Sie dürfen ebensowenig nur auf kalten technischen Gedankengänge beruhen, die das Schicksal von Millionen von Brasilianern ignorieren, die keinen Anteil an dem Wohlstand der Nation haben. Die echte Lösung muß die ethische Dimension berücksichtigen, die der Würde des Menschen eigen ist.

14. Das gemeinsame Engagement ist nicht nur durch ein einziges Abkommen gewährleistet. Es erfordert jedmögliche Verständigung auf allen Ebenen und zu jeder Zeit, die sich nicht ausschließlich auf kritische Zeiten beschränken darf und die sich sofort in konkreten Handlungen der Verantwortlichen widerspiegeln sollte.

15. Wir müssen die Konstituante unbedingt unterstützen und zugleich dringende Probleme angehen, wie Rezession, Inflation, Arbeitslosigkeit, Mindestlohn, Gesundheit, Wohnung und Ernährung des brasilianischen Volkes. In diesem Sinne ist es nicht unsere spezifische Aufgabe, konkrete technische Maßnahmen vorzuschlagen. Wir glauben aber, daß es unsere Pflicht ist, auf bereits bestehende positive und vernünftige Lösungsmodelle hinzuweisen und sie zu unterstützen. Man könnte dies wie in den folgenden Punkten zusammenfassend darstellen.

16. Sofortmaßnahmen:

I - Wie kann ein politisches Abkommen zwischen den Parteien formuliert werden, das die Normen für das neue Grundgesetz vorschreibt und somit wegweisend wird für die Änderungen, derer das Land so dringend bedarf? Wir glauben, daß diese Normen den berechtigten Grunderwartungen des brasilianischen Volkes entsprechen müssen. Dazu müßten sie notwendigerweise folgendes beinhalten:

- Instrumente zur Durchführung der Agrarreform;
- eine reelle Möglichkeit der direkten Beteiligung der Bevölkerung an der Vervollkommnung des Grundgesetzes und an Entscheidungen, die das gesamte brasilianische Volk angehen;
- die Zusage einer Volksbefragung für grundsätzlich kontroverse Fragen der Konstituante;
- Abschaffung des noch bestehenden Ausnahmegesetzes der Nationalen Sicherheit, das die Zivilen einer militärischen Gerichtsbarkeit unterwirft, wenn sie politischer Vergehen angeklagt werden;
- Festsetzung eines Wahlkalenders - damit das Volk sein eigentliches Recht auf allen Ebenen ausüben kann und die Regierung dadurch legitimiert wird -

in der Lage sein, die soziale, wirtschaftliche und politische Dynamik des Landes umzusetzen.

13. Bei der Suche nach Lösungen müssen die derzeitigen objektiven Tatsachen und die externen Variablen die nicht nur von uns abhängen, sondern die die derzeitigen Lösungen ebensoviele nur auf keinen technologischen oder anderen Bereich, die das Schicksal von Millionen von Brasilianern ignorieren, die keinen Anteil an dem Wohlstand der Nation haben. Die Suche nach Lösungen muß die ethische Dimension berücksichtigen, die der Würde des Menschen eigen ist.

14. Das gemeinsame Engagement ist nicht nur durch ein einzelnes Abkommen gewährleistet. Es erfordert jedoch eine Veränderung auf allen Ebenen und zu jeder Zeit, die nicht ausschließlich auf kritische Seiten beschränkt darf und die sich sofort in konkreten Handlungen der Verantwortung widerspiegeln sollte.

15. Wir müssen die Konstruktive unbedingt unterstützen und zugleich dringende Probleme angehen, wie Inflation, Arbeitslosigkeit, Mangelernährung, Gesundheit, Wohnung und Ernährung des brasilianischen Volkes. In diesem Sinne ist es nicht unsere spezielle Aufgabe, konkrete technische Maßnahmen vorzuschlagen. Wir glauben aber, daß es unsere Pflicht ist, auf bereits bestehende positive und vernünftige Lösungsmodelle hinzuweisen und sie zu unterstützen. Man könnte dies wie in den folgenden Punkten zusammenfassend darstellen:

16. Vorkonzepte:
I - Wie kann ein politisches Abkommen zwischen den Parteien formuliert werden, das die Normen für das neue Grundgesetz vorschreibt und somit wegweisend wird für die Änderungen, die das Land so dringend bedarf? Wir glauben, daß diese Normen den berechtigten Grundwahrheiten des brasilianischen Volkes entsprechen müssen. Dazu müßten sie notwendigerweise folgendes beinhalten:

- Instrumente zur Durchführung der Agrarreform;
- eine reelle Möglichkeit der direkten Beteiligung der Bevölkerung an der Verwirklichung des Grundgesetzes und an Entscheidungen, die das gesamte brasilianische Volk angehen;
- die Zusage einer Volksbeteiligung für grundsätzliche kontroverse Fragen der Konstitution;
- Abschaffung des noch bestehenden Ausnahmezustandes der Nationalen Sicherheit, das die Zivilen einer militärischen Gerichtsbarkeit unterwirft, wenn sie politische Verfahren angeht;
- Festsetzung eines Wahlkalenders - damit das Volk sein eigentliches Recht auf allen Ebenen ausüben kann und die Regierung dadurch legitimiert wird.

gleich nach Verabschiedung des neuen Grundgesetzes aufgrund der von ihm erlassenen Vorschriften.

II - Welches mutige Verhalten sollte gegenüber der Auslandsverschuldung eingenommen werden, so daß das Gewicht, das diese über die Armen ausübt, genommen wird? Wie kann das brasilianische Volk zu einem solidarischen Handeln geführt werden gegenüber den u.U. unvernünftigen Sanktionen internationaler Bankiers und Regierungen reicher Länder? Aus ethischer Sicht sind selbst wichtige Teilschulden dieser Auslandsschuld in Frage gestellt, da sie durch schon lange angeprangerte perverse wirtschaftliche Mechanismen entstanden sind. Aber - ohne so weit gehen zu müssen - wäre es nicht eine gerechte Forderung, aufgrund derselben ethischen Prinzipien die Zahlung der Schulden neu auszuhandeln auf der Grundlage ihres realen Marktwertes?

III - Wie kann den Fragen der Auslandsverschuldung, der Staatsverschuldung, der Produktivität und sozialen Kosten staatlicher Unternehmen gleichermaßen mutig begegnet werden, so daß neue langfristige Zahlungsarten für Regierungsmaßnahmen geschaffen werden, die denselben ethischen Forderungen unterliegen?

IV - Könnte das Wohnungs- und Arbeitslosigkeitsproblem nicht effektiv durch ein sofortiges Notprogramm zum Bau von Sozialwohnungen angegangen werden? Und könnte dieser Plan nicht mit Mitteln aus einem speziellen Fond finanziert werden, der durch die solidarische Beteiligung derer aufgefüllt werden könnte, die bis dato aus der Akkumulierung des Einkommens Nutzen gezogen haben und auf diese Weise ihre Schuld zum Teil begleichen könnten?

V - Wie kann ein Abkommen zwischen Regierung, Arbeitgeber, Arbeitnehmer und Verbraucher zwecks Selbstkontrolle der Preise auf der Grundlage reeller Kostenaufstellungen gestaltet werden, und wie soll es geregelt, begründet und überwacht werden?

17. Kurzfristige Maßnahmen:
- I - Wie kann auf friedliche und effektive Weise ein Notprogramm für die Agrarreform durchgeführt werden, das entsprechend weit ausgerichtet ist, aber dennoch klare Grenzen definiert? Könnte dieses Programm nicht zunächst in brachliegenden Landstrichen umgesetzt werden, die in besiedelten Gebieten liegen mit einem Mindestmaß an Infrastruktur, indem klare Ziele für die Ansiedlung landloser Bauern festgesetzt werden?
 - II - Wie kann der Binnenmarkt effektiv verbessert werden? Es liegt in unseren Händen, ein neues nationales Entwicklungsmodell zu formulieren und durchzuführen:
 - Festlegung der Prioritäten für Investitionen auf dem Gebiet der Produktion von Gütern und Dienstleistungen sowie der für diese Produktion notwendigen Kapitalgüter;

gleich nach Verabschiedung des neuen Grundgesetzes
aufgrund der von ihm erlassenen Vorschriften.

II - Welches mögliche Verhalten sollte gegenüber der
Auslandsverschickung eingenommen werden, so daß das Ge-
richt, das diese über die Armen stellt, genommen wird? Wie
kann das brasilianische Volk zu einem solidarisches Handeln
geführt werden gegenüber den u. U. unverschuldeten Bankrott
internationaler Bankiers und Kapitalgebern anderer Länder?
Aus ethischer Sicht sind selbst wichtige Teilaspekte die-
ser Auslandsverschickung in Frage gestellt, da sie durch schon
lange angelegene perverse wirtschaftliche Mechanismen
entstanden sind. Aber - ohne so weit gehen zu müssen - wäre
es nicht eine gerechte Forderung, aufgrund derer es nicht
schon Prinzipien die Zahlung der Schulden neu auszuhandeln
auf der Grundlage ihrer realen Marktwerte?

III - Wie kann den Fragen der Auslandsverschickung
der Staatsverschuldung, der Produktivität und sozialen Ko-
sten staatlicher Unternehmen die notwendigen Mittel begeben
werden, so daß neue langfristige Forderungen für Kapital-
maßnahmen geschaffen werden, die dem sozialen ethischen
Forderungen unterliegen?

IV - Könnte das Wohnungs- und Arbeitsbeschäftigungs-
nicht effektiv durch ein sofortiges Wohnungsprogramm zum Bau von
Sozialwohnungen angegangen werden? Und könnte dieser Plan
nicht mit Mitteln aus einem speziellen Fonds finanziert
werden, der durch die solidarische Beteiligung der
aufgeht? Könnte, die die dazu aus der Akkumula-
tion des Einkommens Nutzen gezogen haben und auf diese
Weise ihre Schuld zum Teil begleichen könnten?

V - Wie kann ein Abkommen zwischen Regierung, Arbeit-
geber, Arbeitnehmer und Verbraucher zwecks Selbstkontrolle
der Preise auf der Grundlage realer Kostenstellungen
gestaltet werden, und wie soll es geregelt, befristet und
überwacht werden?

17. Kurzfristige Maßnahmen:

I - Wie kann auf friedliche und effektive Weise ein Notpro-
gramm für die Agrarreform durchgeführt werden, das entspre-
chend weit ausgerichtet ist, aber dennoch klare Grenzen be-
hält? Könnte dieses Programm nicht zunächst in prioritä-
ren landwirtschaftlichen umgesetzte werden, die in benachteiligten
Gebieten liegen mit einem Mindestmaß an Infrastruktur, in-
dem dem klare Ziele für die Ausdehnung landw-
irtschaftlicher Produktion festgesetzt werden?
II - Wie kann der Binnenmarkt effektiv verbessert werden?
Es liegt in unseren Händen, ein neues nationales Entwick-
lungsmodell zu formulieren und durchzusetzen:
- Festlegung der Prioritäten für Investitionen auf dem Ge-
biet der Produktion von Gütern und Dienstleistungen sowie
der für diese Produktion notwendigen Kapitalinvestitionen;

- Festsetzung eines grundsätzlichen Wandels in der Land-
wirtschaftspolitik durch eine klare Unterstützung des klei-
nen und mittleren Bauern und der Förderung der Lebensmit-
telerzeugung für das brasilianische Volk;
- Einführung eines Forschungs- und Betriebsprogramms zur
Nutzung und Verbreitung von Technologien, die eine inten-
sive Beschäftigung von Arbeitskräften erforderlich machen,
und zur Entwicklung kleiner und mittlerer Betriebe;
- eine Lohnpolitik, die eine reelle und höchst dringliche
Erhöhung der Kaufkraft der armen Bevölkerung vorsieht.

18. Wir sind uns der großen Schwierigkeiten bewußt,
die diese Herausforderungen bedeuten. Aber zugleich rechnen
wir mit der Opferbereitschaft und der Hingabe, die heute
gefordert sind, um die schweren Konflikte zu überwinden und
eine solidarische und gerechte Gesellschaft in unserem
Land aufzubauen. Deshalb soll dieser Aufruf bewirken, daß
wir eine Verpflichtung auf uns nehmen, die Vorurteile ab-
windet und den Individualismus und die Gleichgültigkeit über-
windet. Diejenigen, die diesen Aufruf unterschreiben und
ihn der brasilianischen Nation vortragen, vertrauen auf
Gott und wissen, daß sie in einem äußerst schweren Ab-
schnitt unserer Geschichte mit der menschlichen und christ-
lichen Solidarität all derjenigen rechnen können, die dem
Frieden verpflichtet sind.

Brasília, den 7. August 1987

Pastor Gottfried Brakemeier
Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
Presidente do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs

Rev. Zwinglio Motta Dias
Igreja Presbiteriana Unida

Rev. Nelson Campos Leite
Igreja Metodista

Sr^a Maria Helena Gastal
Presidente em exercício
Coordenadoria Ecumênica de Serviço

Bispo Olavo C. Luiz
Igreja Episcopal do Brasil

Rev. Enilson Rocha e Souza
Secretário Executivo
Coordenadoria Ecumênica de Serviço

Dom Luciano Mendes de Almeida
Igreja Católica Apostólica Romana
Presidente da Conferência Nacional
dos Bispos do Brasil

- Festlegung eines grundsätzlichen Wandels in der land-
wirtschaftspolitik durch eine klare Orientierung des Klein-
nen und mittleren Bauern und der Förderung der Lebensmit-
telproduktion für das brasilianische Volk;
- Einleitung eines Forschungs- und Entwicklungsprogramms zur
Nutzung und Verbreitung von Technologien, die eine inten-
sive Beschäftigung von Arbeitskräften erforderlich machen,
und zur Entwicklung kleiner und mittlerer Betriebe;
- eine Lohnpolitik, die eine realle und höchst dringliche
Erhöhung der Kaufkraft der armen Bevölkerung vorsieht.

18. Wir sind uns der großen Schwierigkeiten bewusst,
die diese Herausforderungen bedeuten. Aber zugleich rechnen
wir mit der Opferbereitschaft und der Hingabe, die heute
gefordert sind, um die schweren Konflikte zu überwinden und
eine solidarische und gerechte Gesellschaft in unserem
Land zu schaffen. Deshalb soll dieser Artikel bewirken, daß
wir eine Verpflichtung auf uns nehmen, die Vorkurs ab-
baut und den Individualismus und die Gleichgültigkeit über-
windet. Diejenigen, die diesen Artikel unterschreiben und
ihn der brasilianischen Nation vorsetzen, vertrauen auf
Gott und wissen, daß sie in einem äußerst schweren Ab-
schnitt unserer Geschichte mit der menschlichen und christ-
lichen Solidarität all derjenigen rechnen können, die dem
Frieden verpflichtet sind.

Brasília, den 7. August 1987

Pastor Gottfried Brakenmeyer
Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
Presidente do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs

Rev. Ewangelio Motta Dias
Igreja Presbiteriana Unida

Rev. Nelson Campos Leite
Igreja Metodista

Rev. Maria Helena Gatzel
Presidência em exercício
Coordenadora Eclesiástica de Serviço

Diogo Olavo C. Lutz
Igreja Episcopal do Brasil

Rev. Enilson Rocha e Souza
Presidência Executiva
Coordenadora Eclesiástica de Serviço

Dom Luciano Mendes de Almeida
Igreja Católica Apostólica Romana
Presidente do Conselho Nacional
dos Bispos do Brasil

Emendas populares da CNBB somam duas mil

418184 OSP

assinaturas

O Congresso Constituinte já começa a receber as emendas populares, assinadas por um mínimo de 30 mil cidadãos. Se a Comissão de Sistematização julgar-las procedentes, cada emenda será remetida à apreciação do plenário constituinte.

A data da entrega das emendas gerou polêmicas entre as entidades populares. Reunida a 22 e 23 de julho, quarta e quinta-feira, a Articulação Nacional de Entidades Pró-Participação Popular na Constituinte manteve o dia 12 de agosto como o Dia Nacional da Entrega das Emendas Populares. Como, porém, a data coincidiria com o Dia da Greve Geral, convocada pela CUT a princípio para esta data, algumas entidades preferiram iniciar antes a entrega das assinaturas.

Tentativas de boicote

O balanço do processo envolvendo a coleta de assinaturas foi considerado muito positivo, na medida em que é a primeira vez que a população participa diretamente da apresentação de uma emenda constitucional. Por outra parte, os grupos mais conservadores tentaram, por todos os meios, boicotar esse processo, exatamente em função do conceito de resgate da cidadania que ele pressupõe.

Um dos fatos mais importantes nessa tentativa de descaracterização do processo de coleta de assinaturas e participação popular foi a proposta do senador José Richa (PMDB-PR), de suspensão dos trabalhos constituintes, precisamente no momento em que as entidades representativas estavam mais mobilizadas. A proposição de José Richa teria sido inspirada no meio militar, o que é negado com insistência pelo senador.

Por outra parte, a decisão do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, de acatar a pro-

posta do deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), para a alteração do calendário constituinte, foi interpretado como uma vitória dos movimentos populares. Conforme a proposta, cada sessão do plenário da Constituinte, na fase dos debates, em agosto e setembro, será dedicada à discussão de um tema. Com isso, um número maior de constituintes poderá manifestar suas opiniões, do que pelo processo tradicional de "pinga-fogo". Do mesmo modo, sabendo com antecipação as datas dos debates, partidos e movimentos poderão traçar melhor suas estratégias de discussão. Um item importante da proposta Plínio Sampaio, entretanto, está descartado, pela fórmula encontrada por Ulysses Guimarães: a transmissão dos debates pela televisão, o que ficará impossibilitado, pois as sessões temáticas serão realizadas à noite, ante o chamado horário nobre das televisões.

Milhares de assinaturas

A CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - promoveu a entrega de suas emendas populares a 28 de julho. As emendas foram entregues pelo presidente da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida, ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães.

As quatro emendas patrocinadas pela CNBB foram assinadas, em conjunto, por quase dois milhões de pessoas. Para a coleta das assinaturas, a CNBB convocou um verdadeiro exército de leigos e religiosos nas paróquias de todo país, além de utilizar uma rede de comunicações que inclui 250 aparelhos de telex, dezenas de emissoras de rádio

católicas e o boletim semanal da entidade, com mais de cinco mil exemplares.

As quatro emendas promovidas pela CNBB provocaram discussões acaloradas no meio político. Algumas entidades e grupos progressistas criticaram um dos princípios inseridos na emenda sobre a Educação (749.856 assinaturas), pelo qual as escolas particulares confessionais também receberão as verbas públicas destinadas à Educação. Já a emenda sobre a Família

(515.820) abrange o veto ao aborto. Por outro lado, os grupos progressistas deram total apoio à Emenda sobre a Ordem Econômica (283.381), particularmente nos pontos que se referem à reforma agrária. Por último, a emenda sobre Liberdade Religiosa (212.462) defende o direito à livre escolha religiosa, além de salientar que a nova Constituição deverá ser promulgada "sob a invocação do nome de Deus".

Em São Paulo, as emendas que tiveram maior número de assinaturas foram as que garantem a participação popular, reforma agrária, reforma urbana, direitos dos trabalhadores e direitos da mulher. Essas emendas foram entregues, em sua maioria, a 5 de agosto, em ato promovido pelo Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte.

Os passos e os rumos do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte

Luis Henrique de Souza Amaral

O que pode haver em comum entre uma freira remando dentro de uma canoa em um perdido rio do Amapá e um grupo de moradores da periferia de São Paulo andando pelas esburacadas ruas de seu bairro? Ou uma religiosa andando a cavalo nos arredores da cidade de Registro e uma animada festa em um dos bares mais badalados da Rua Augusta? A resposta é: "Participação Popular na Constituinte". Todas estas situações refletem o esforço daqueles que, armados com as folhas de coleta de assinaturas, não mediram esforços para garantir que os constituintes ouvissem o que o povo brasileiro quer na nova Constituição através das Propostas de Iniciativa Constituinte Popular.

Em São Paulo a largada oficial para o recolhimento de assinaturas foi dada na Praça da Sé em um chuvoso sábado, 17 de maio. Neste dia o Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte aglomerou em um ato público cerca de duzentas pessoas, representando diversas entidades e partidos políticos que já estavam com suas propostas populares prontas e recebendo assinaturas. Na época poucos sonhadores imaginavam as proporções que tomara esta campanha.

O Plenário Pró-Participação sempre foi uma entidade aberta à parti-

cipação de qualquer pessoa ou grupo. Apesar da maioria de seus participantes não representar, no Plenário, outras entidades ou partidos políticos, existem entidades que, como entidade, participam do Plenário. Entre elas a "Comissão de Justiça e Paz", a OAB, a Andes, a CUT, a CGT, o PT, o PMDB, o PCB, o PSB, a "Comissão Oscar Romero" e grande número de sindicatos. Além destas entidades, outra grande força do Plenário vem das CEB's. Estas, após a "Semana de Fé e Compromisso Social", promovida pela Arquidiocese de São Paulo em setembro e cujo tema foi a Constituinte, começaram a participar muito ativamente da luta pela participação popular formando diversos "plenarinhos" em suas regiões. Este apoio da Igreja Católica à luta pela participação popular na Constituinte já era explicitado quando do lançamento do "Documento de Orientação Pastoral da CNBB Sobre a Nova Ordem Constitucional" que tem entre seus pontos-chave a "criação de alavancas de transformação social para permitir um permanente aperfeiçoamento tanto da Constituição quanto de toda a legislação".

O futuro

Com o apoio de todas estas entidades, somado à luta de seus participantes, o Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte começou a conquistar espaços na imprensa e crescer muito em importância para os constituintes e a classe política em geral. Na Sala da Constituinte da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco é realizada, no dia 28 de junho, uma noite de autógrafos para as emendas populares. Durante todo o ato personalidades do mundo das artes, do jornalismo, intelectuais, políticos e empresários compareceram para assinar as propostas. Estiveram presentes o ex-governador Franco Montoro, a filósofa Marilena Chaui, o jurista Dalmo Dallari, os constituintes José Genoino (PT-SP), Plínio de A. Sampaio (PT-SP), Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) e Michel Temer (PMDB-SP). Também presentes os jornalistas J.B. Natali e Ricardo Kotscho, além do empresário Lawrence Phill e o publicitário Carlito Maia.

O respaldo popular para a maioria das propostas começou a crescer dia-a-dia. Em Brasília alguns deputados começam a imitar o povo e dar grande apoio aos representantes do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte. Entre os deputados mais atuantes estão: Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), José Genoino (PT-SP), Nelson Jobim (PMDB-RS), Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), Brandão Monteiro (PDT-RJ), José Maria Eymael (PDC-SP), Adhemar de Barros Filho (PDT-SP) e os senadores Mário Covas (PMDB-SP), e Fernando Henrique (PMDB-SP), além do ex-deputado João Gilberto (PMDB-RS).

Apesar da discrepância partidária, todos estes constituintes acreditam que as propostas de iniciativa popular são um reforço para os que lutam por uma Constituição mais avançada, fornecendo a eles um respaldo popular inquestionável. Se as propostas criaram um fato político importante, elas também serviram como fator de conscientização política. Quando uma pessoa assina uma proposta, colocando também os dados de seu título de eleitor, ela se sente votando, não em uma pessoa mas em uma idéia. E é necessário discutir esta idéia o que levou a organização de debates e a criação de cartilhas explicativas. Além disso quem assinou uma proposta lutará para que ela seja aceita na Constituição e pode ser fatal para a carreira política de um deputado rejeitar uma proposta subscrita por milhares de brasileiros.

Depois das entregas das propostas populares nos dias 5 e 12 de junho, dezenas de Estados estão organizando caravanas para Brasília, o Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte passa a lutar pela aprovação das emendas populares e a propor novas emendas buscando o aperfeiçoamento da nova Constituição. Para os que viveram esta experiência a chegada das milhares de assinaturas no Congresso representa a certeza da vitória e o melhor incentivo para continuá-la.

Ibase prevê um Brasil liberal, sem reformas.

O cenário político, social e econômico brasileiro, desenhado no Congresso Constituinte, indica quatro alternativas para o futuro do país: neo-autoritarismo, liberalismo sem reformas, liberalismo com reformas sociais importantes e democratização com reformas estruturais.

Para o Ibase - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas -, sediado no Rio de Janeiro, a tendência mais forte, diante do contexto nacional e da dinâmica do processo constituinte, é o Brasil caminhar a passos largos para o liberalismo sem reformas. A segunda alternativa, mais improvável de acontecer, seria um país marcado pela liberalização com reformas sociais importantes. A instauração de um neautoritarismo, ou da democratização com reformas estruturais, estão na mesma posição no horizonte de possibilidades, segundo o prognóstico do IBASE: são hipóteses remotas, mas nem por isso de todo descartadas.

Neo-autoritarismo

A possibilidade de instauração de um regime neo-autoritário no país é remota, de acordo com o Ibase, e só ocorreria como consequência "de uma situação social explosiva e incontrolável que desarticule todos os sistemas econômicos, sociais e políticos que mantêm a ordem capitalista atual". Para que chegasse a essa situação, teria, antes, de ocorrer "saques generalizados, conflitos e violências de massa nas grandes cidades que paralisassem o processo produtivo em escala nacional, atentados terroristas espetaculares, medo generalizado, somados a uma total incapacidade de governar do grupo dirigente no poder".

O Brasil neo-autoritarismo teria um presidencialismo exacerbado com uma Constituição imposta por decreto e conservadora. Um Executivo forte, Legislativo e Judiciário fracos ou figurativos. Uma presença militar onipotente. A União fortalecida, Estados fracos e Municípios inexpressivos. Economia transnacionalizada, voltada para o mercado externo e gerenciada pelo FMI, com o pagamento da dívida externa, organizações populares reprimidas, imprensa censurada, Igrejas reprimidas, em particular seus setores mais progressistas.

Liberalismo sem reformas

Para o IBASE, a tendência mais forte no momento para o destino do Brasil é um país liberal sem reformas. Continuará o presidencialismo forte. A Consti-

tuição seria conservadora na ordem econômica e liberal no capítulo dos direitos individuais. "Isto é, os direitos de 10% dos cidadãos brasileiros seriam respeitados", observa o Instituto. O Executivo seria forte, Legislativo e Judiciário com um papel secundário. A administração pública seria controlada pelos grupos dominantes. A Federação seria preponderante, os Estados teriam um papel importante, mas os Municípios não teriam qualquer expressão. As Forças Armadas continuariam a ter um papel dominante, "tentando ser discretas (como hoje)".

A economia seria transnacionalizada, o Estado atenderia as emergências sociais, mas sem promover reformas estruturais.

Reforma agrária nem pensar, sendo atendidos apenas os sem terra acampados em beiras de estradas. "PRINCIPALMENTE QUANDO NOTICIADOS PELOS GRANDES JORNAIS TEVÊS". O Ibase calcula que, "neste cenário, a sociedade civil veria ampliado seu nível de organização social em oposição ao Estado". O exercício da cidadania seria expressivo mas contido. Imprensa censurada pelos interesses empresariais. As Igrejas ampliariam seu papel mobilizador em oposição ao Estado, "deslegitimando a ordem". Entende o Instituto que a resultante desse cenário liberal sem reformas seria "o crescimento das tensões sociais e o desenvolvimento do antagonismo entre Estado e sociedade civil que gerou a crise e o fim da Velha República".

Liberalismo com reformas

Regime parlamentarista "à brasileira". Constituição liberal na ordem econômica e sensível ao social com os direitos sociais e individuais. Reforma agrária um pouco mais avançada que o Estatuto da Terra. Executivo, Legislativo e Judiciário teriam poderes equânimes. Administração pública profissional, com relativa autonomia em relação à rotatividade do poder e ao controle dos partidos. União, Estados e Municípios teriam poder mais equilibrado. Os partidos teriam vida mais consistente, sendo os principais definidores do poder político a todos os níveis do Estado.

As Forças Armadas teriam um papel reduzido, sob o controle das autoridades civis. Seria redefinido o papel do Brasil a nível da economia transnacionalizada, com ênfase ao mercado interno.

Reforma agrária moderada, com a ampliação dos produtores internos. Combate sério à miséria absoluta. As organizações da sociedade civil teriam papel acentuado, assim como o aumento da cidadania. As Igrejas teriam papel ativo nos processos sociais, "passando grande parte de sua liderança aos movimentos laicos e às instituições da sociedade civil".

Democratização com reformas

Essa hipótese, que o Ibase coloca no terreno das utopias, significaria um regime parlamentarista. Constituição avançada em todos aspectos. Executivo subordinado ao Legislativo e Judiciário. Administração pública profissional, sob o controle da sociedade. Poderes dos Estados e principalmente Municípios ampliados em relação aos da União. Forças Armadas com pequeno poder, concentrando suas atividades nas tarefas profissionais e em defesa da soberania do país. Economia voltada para o nacional, em favor das necessidades básicas da população. Reforma Agrária profunda, com o fim da concentração fundiária e violência no campo. Exercício pleno da cidadania. Imprensa livre e relacionada à comunidade. As Igrejas encontrariam um amplo espaço para o desenvolvimento de suas propostas e práticas comunitárias. Este cenário, conclui o IBASE, a curto prazo, teria a iluminá-lo apenas a estrela da esperança. "Ao longo prazo, este cenário terá o brilho de uma galáxia".

8-8-87 Fm

Luciano Mendes de Almeida

Apelo das Igrejas pela democracia

No dia de ontem, sexta-feira, em Brasília, dirigentes de Igrejas cristãs lançaram aos governantes e à nação um apelo por um compromisso coletivo pela democracia.

É notável o fato de que, por fidelidade ao Evangelho, as Igrejas Luteranas, Metodista, Episcopal no Brasil, Presbiteriana Unida Reformada e Católica, reunidas em seu conselho nacional, Conic, e no órgão ecumênico Cese, tenham pela pessoa de seus dirigentes se associado na redação de um texto comum para melhor servir à causa da paz. A competência dos pastores de Igreja não está em propor medidas técnicas concretas, mas em despertar as consciências diante de Deus, na busca solidária de soluções para os problemas que o Brasil enfrenta.

O texto ocupa quatro páginas. Trata, em primeiro lugar, de retratar a situação real do país, marcada por uma estrutura econômica desequilibrada e perversa, que abala a credibilidade do governo como instituição e se agrava com as tensões sociais e políticas crescentes. O grande problema é o atraso acumulado no atendimento às necessidades sociais.

Examina, a seguir, as perspectivas que se apresentam. Um retrocesso político seria fatal. A deterioração do processo democrático só viria acelerar convulsões sociais incontroláveis, abrindo espaço para a tentação da violência na luta pelo poder. A história recente da América Latina mostra, para quem queira se valer da experiência de outros países, que não é por este caminho que devemos enveredar. Que outra alternativa escolher?

O apelo das Igrejas responde propondo a busca de soluções que engajem de modo coeso o conjunto da sociedade brasileira. Os esforços só do governo não bastariam. É toda a população que deve somar esforços. Todos estão convocados. Temos que acreditar nas reservas morais de nosso povo, na força construtiva de sua organização, dos sindicatos, associações profissionais, Igrejas e demais entidades voltadas para valorizar a participação popular.

Especial referência é feita a dois grupos, dos quais depende, em grande parte, a eficácia desse apelo. O primeiro é dos que detém concentração de terra e de capital: precisam dispor-se a uma atitude fraterna e solidária, decidindo-se a partilhar com os demais os recursos que possuem. Em segundo lugar é, no entanto, aos dirigentes políticos que cabe a maior responsabilidade. Devem superar interesses pessoais ou partidários para em conjunto procurarem responder às exigências da justiça social. O que fazer?

De imediato, é preciso apoiar a Constituição e, ao mesmo tempo, enfrentar a inflação, o desemprego, os baixos salários, a falta de moradia, os problemas de saúde e alimentar que afligem o nosso povo. Os partidos devem ser capazes de um engajamento coletivo para agilizar a reforma agrária, suprimir o regime de exceção mantido pela LSN, assegurar a participação direta do povo no aperfeiçoamento constitucional, nas decisões de interesse coletivo e na legitimação do poder por eleições, logo após a promulgação da Constituição, nos termos por ela estabelecidos.

Ainda, sem perder tempo, será preciso através de múltiplos entendimentos, renegociar a dívida externa, à luz dos princípios éticos, e criar novas formas de financiamento para a dívida interna. Igualmente urgente é equacionar um plano emergencial para moradia, emprego e controle de preços com a colaboração do governo, trabalhadores, empresários e consumidores.

A curto prazo será necessário formular e implementar um novo modelo de desenvolvimento nacional que promova com prioridade as classes populares.

Os pastores estão conscientes de que assumem sua missão ao interpretar as justas aspirações do povo. Colocam a confiança em Deus. Acreditam na solidariedade humana e cristã para romper preconceitos, vencer individualmente e construir uma sociedade fraterna em nosso país. O texto merece ser lido na íntegra e meditado, não só pelas comunidades de Igreja, mas por todas as pessoas que desejam a justiça e a paz social.

Este apelo, fruto da fé em Deus e ao amor pela pátria, não pode ficar sem a nossa resposta.

D. Luciano Mendes de Almeida escreve aos sábados nesta coluna.

E a CNBB ameaça até processar jornal

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"Trata-se de um lobby fortíssimo, que visa a varrer de uma vez por todas qualquer perspectiva de vitória para os índios brasileiros" — disse ontem o secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Antônio Brandt, ao comentar as denúncias publicadas no domingo pelo jornal *O Estado de São Paulo*, sobre uma campanha organizada para restringir o exercício da soberania do Brasil sobre as terras indígenas. As denúncias provocaram uma nota da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), à qual o Cimi está ligado, assinada pelo seu presidente, dom Luciano Mendes de Almeida, na qual afirma que "aguardará as matérias posteriores anunciadas por *O Estado* para proceder a seu exame total e tomar as providências cabíveis, inclusive a nível judicial, se for o caso".

Para a CNBB, a matéria "revela uma leitura tendenciosa" das atividades da Igreja e baseia-se em informações "absolutamente falsas". O subsecretário-geral da CNBB, cónego Celso Pedro da Silva, negou que o Cimi esteja vinculado ao Conselho

Mundial das Igrejas Cristãs, autor do documento "Diretrizes para o Brasil nº 04 — ano 0", bem como à própria Igreja Católica brasileira. "Ao que sabemos, o Conselho congrega as Igrejas Evangélicas" — frisou. Para o subsecretário, também é inverídica a notícia de que o Cimi possui um arquivo secreto e, quanto ao documento, ele afirmou desconhecer a sua existência, bem como da carta atribuída a seu secretário executivo. O assessor de imprensa da CNBB, padre Arnaldo Betrami, informou que apenas a Santa Sé tem um observador no Conselho, mas negou que a entidade tenha qualquer representação no Brasil.

Enfatizando que a matéria de domingo de *O Estado* tem a ver com a entrega, amanhã, de emendas populares à Assembléia Nacional Constituinte em favor dos índios, o assessor jurídico do Cimi, Júlio Geiger, bem como a nota da CNBB, insistem em que a proposta do Cimi à Constituinte é de que o Brasil seja reconhecido como um "Estado pluriétnico", sob cuja soberania convivem, além da sociedade majoritária, várias nações indígenas. "Isso não pode ser entendido como uma agressão ou risco à soberania do Estado" — afirmou Brandt.

"Exterminio que envergonha"

Esta é a nota divulgada pela CNBB:

"Surpresos, tomamos conhecimento da matéria publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, em sua edição de domingo, 09/08; afirmando que o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), órgão anexo à CNBB, estaria engajado em suposto projeto de conspiração internacional propugnando o conceito de soberania restrita do Estado brasileiro sobre as áreas indígenas. A matéria revela leitura tendenciosa das atividades da Igreja e baseia em informações absolutamente falsas. Manifestamos o nosso veemente repúdio às afirmações de *O Estado* que visam claramente varrer da futura Constituição a garantia dos direitos indígenas.

1 — O Cimi nunca postulou junto à Assembléia Nacional Constituinte o estabelecimento do estatuto de soberania restrita para as nações indígenas.

2 — O Cimi não é vinculado ao Conselho Nacional de Igrejas e tampouco o representa. Da mesma forma, desconhece o documento identificado como "Diretriz Brasil nº 4 — ano 0". Quanto ao citado documento de Barbados ele não foi assinado pela Igreja. O único brasileiro que o assinou foi o conhecido antropólogo Darcy Ribeiro.

3 — O Cimi não possui nenhum arquivo secreto. Como qualquer organização privada ou oficial, o órgão indigenista possui arquivo para pesquisas e documentação. O Cimi nega ainda a existência da carta atribuída a seu secretário executivo.

4 — O relacionamento do Cimi com comunidades cristãs e entidades solidárias de outros países objetiva o fortalecimento da solidariedade humana em torno da defesa da vida das comunidades indígenas, sem nenhum propósito de interferir ou propiciar ingerências indevidas na condução dos assuntos internos do Brasil.

5 — A proposta do Cimi à Constituinte é de que o Brasil seja reconhecido como um Estado pluriétnico sob cujas soberanias convivem, além

da sociedade majoritária, várias nações indígenas, a exemplo de constituições modernas de outros países. Não corresponde à verdade a afirmação de que o Cimi defende a soberania restrita da União sobre as terras indígenas.

O Cimi propõe ainda a demarcação das terras indígenas garantindo aos povos nativos o usufruto das riquezas nelas existentes.

Essa proposta é fruto de debates e estudos interdisciplinares e visa garantir a sobrevivência física e cultural das nações indígenas no Brasil, até hoje vítimas de um processo de extermínio que envergonha o País e contra o qual já bradaram personalidades como José Bonifácio, Marechal Rondon e muitos outros patriotas.

Todas as emendas encaminhadas pelo Cimi à Assembléia Nacional Constituinte privilegiam claramente a União Federal, o que evidentemente não agrada às empresas de mineração e aos interesses do capital internacional.

6 — O Cimi nunca se opôs a medidas militares que visem a garantia de nossas fronteiras como está bem explicitado na nota oficial divulgada em outubro de 1986, quando se tornou público o projeto Calha Norte. O Cimi, como as próprias comunidades indígenas, não se opõe a providências dirigidas ao bem-estar da população amazônica e à guarda das fronteiras brasileiras. Não admite, porém, que modelos autoritários de desenvolvimento sejam, mais uma vez, implementados às custas dos povos indígenas.

7 — Seria oportuno que o Congresso Nacional, bem da verdade, constatasse a improcedência das denúncias formuladas pelo jornal *O Estado de São Paulo*.

8 — A presidência da CNBB aguardará as matérias posteriores anunciadas pelo *O Estado* para proceder a seu exame total e tomar as providências cabíveis, inclusive a nível judicial, se for o caso.

Brasília, 10 de agosto de 1987
Presidência da CNBB"

“Uma violação da soberania nacional”

CRÔNICA

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

“Violação da própria soberania nacional.” Esta foi a reação do deputado e professor de direitos constitucionais Michel Temer (PMDB-SP) ao comentar a denúncia feita por O Estado de S. Paulo sobre a disposição de 47 mil austríacos de influir na nova Constituição, introduzindo o conceito de soberania restrita sobre as terras indígenas. Por essa emenda, fica excluída a exploração de riquezas minerais na Amazônia.

Para o ex-procurador-geral do Estado de São Paulo e ex-secretário de Segurança, o Brasil não precisa da intervenção de ninguém para resolver seus problemas internos. O atual projeto de Constituição, explicou Temer, confere aos índios o direito à palavra, e, à Nação, a exploração dos minérios em seu território.

Atuando como um dos auxiliares de Bernardo Cabral na redação do novo texto constitucional, Michel Temer disse que é inadmissível que forças externas façam sugestões em forma de emendas à Carta máxima da Nação. Esse gesto, frisou o parlamentar, significa a violação da nossa soberania.

O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, disse que não cabe aos estrangeiros, quer entidades classistas, religiosas ou econômicas, tentar impor fórmulas que orientem a política nacional quanto ao seu relacionamento com as comunidades indígenas, que deverão ser definidas pela Constituinte.

Segundo Chiarelli, os índios são também brasileiros. Sua cultura deve ser preservada mas é preciso que se ache um ponto de equilíbrio onde se consiga estimular o desenvolvimento econômico e tecnológico da sociedade nacional sem prejudicar o meio ambiente e agredir o índio.

Chiarelli acredita que não se pode preservar os valores culturais e sociais das comunidades indígenas e castrar a sociedade brasileira e os próprios índios dos benefícios que advirão da exploração racional dos recursos naturais eventualmente existentes em suas terras.

O líder do PFL comentou ainda a posição do ministro das Minas e

Energia Aureliano Chaves, que recebeu elogios do Conselho Indigenista e Missionário (Cimi) por ter suspenso os efeitos da portaria 1/87 de 18 de maio, da Funai e do DNPM, abrindo as áreas indígenas às atividades minerais.

A posição de Aureliano, para Carlos Chiarelli, embora possa parecer, à primeira vista, um ato de imposição, é uma demonstração de apreço à classe política e à Constituinte, a quem caberá a palavra final sobre o assunto.

“Que eles cuidem do que é deles, que nós cuidamos do que é nosso”, reagiu o deputado Homero Santos (PFL-MG) ao tomar conhecimento da denúncia feita por O Estado de S. Paulo. Na opinião do deputado mineiro, o Brasil não pode vender sua soberania. E por esse motivo, “ninguém tem nada a ver com o que produzimos”. Homero Santos destacou que “esta gente”, referindo-se aos austríacos, “tem que cuidar de seus problemas, pois temos condições suficientes para tratar da nossa soberania”.

Segundo o deputado Aloysio Chaves (PFL-PA), a denúncia “é muito grave, por isso, o governo deve fazer uma apuração bastante rigorosa, com o objetivo de dar mais informações à Assembléia Nacional Constituinte”. No seu entender, a soberania nacional tem que ser preservada, “sem deixar de lado o apoio aos indígenas”. Entretanto, o deputado destaca que esse apoio tem que ser dado sob a direção do governo brasileiro, “não com interferências de fora”.

“Não sabia que as sugestões dos austríacos tinham tanto peso nas decisões da política brasileira.” Assim o líder do PFL, deputado José Lourenço, comentou a denúncia de O Estado. E acrescentou: “E olhe que te garanto: vai ter muita gente defendendo isso. Naturalmente, não são maioria. São, porém, os mesmos que nos vêem pelos olhos da Albânia”.

Ele responsabilizou a “esquerda que existe no Brasil, a esquerda burra. Se vier proposta externa, com sabor albanês, é boa para o Brasil. Se for, porém, sugestão de interesse nacional, que não tenha o mesmo paladar de Tirana, não serve. Só serve o que vier da Albânia.”

Semana
de agosto

ESPECIAL

Leigos lançam propostas para o Sínodo dos Bispos

Cleide Silva

Representantes da Igreja Católica de norte a sul do Brasil estiveram reunidos de 7 a 9 de agosto no Centro Mariápolis Araceli, no município de Vargem Grande Paulista, interior de São Paulo, para o I Encontro Nacional de Leigos. Promovido pelo Conselho Nacional de Leigos (CNL), o evento reuniu cerca de 500 pessoas, entre membros das diversas pastorais, movimentos, dioceses e comunidades de base. Participaram também alguns padres e bispos como Dom Luciano Mendes de Almeida, Dom Celso Pinto, Dom Marcelo Carvalheira e o cardeal de Roma, Dom Eduardo Pirônio, que veio ao país especialmente para participar do encontro. Dom Paulo Evaristo Arns e Dom Celso Queiróz compareceram à celebração de abertura no dia 7.

Durante os três dias, os participantes discutiram o papel dos leigos na Igreja e na sociedade, a realidade nacional e levantaram as propostas que serão encaminhadas ao Sínodo dos Bispos, a realizar-se no mês de outubro, em Roma. O tema do Sínodo será “A vocação e missão do leigo no mundo” e participarão cerca de 230 prelados da Igreja Católica de todos os países. Os leigos estão reivindicando sua participação pois, segundo o próprio papa, “não é possível falar dos leigos sem a sua presença”.

As propostas
dos leigos

Após discussões em grupos, os leigos levantaram um elenco de 83 propostas, que tratavam desde a sua formação até o poder de decisão da Igreja. Em novo debate e no plenário, as principais propostas - algumas delas incorporando-se vários pontos das 83 originais -, foram escolhidas para apresentação aos delegados ao Sínodo. Elas tratam basicamente da questão do mundo do trabalho, da formação dos leigos, autonomia e participação na Igreja, espiritualidade, formação de seminaristas, pastoral familiar e opção concreta pelos pobres. Devido ao agrupamento de vários itens, os membros da executiva do CNL vão elaborar nova redação para as propostas.

O Encontro Nacional de Leigos foi encerrado na Catedral da Sé, com uma missa concelebrada pelos cardeais Dom Eduardo Pirônio e Dom Paulo Evaristo Arns e pelos bispos Dom Luciano Mendes de Almeida, Dom Celso José Pinto, Dom Marcelo Carvalheira, Dom Alano Pena e Dom Fernando José Penteadó.

14-8-87
089

"Esta tarde ficará na memória da Igreja de São Paulo", salientou Dom Paulo Evaristo ao iniciar a celebração, após ser apresentada a síntese do resultado do encontro aos participantes e membros das comunidades que lotaram a Catedral.

Os delegados ao Sínodo

As propostas serão encaminhadas pelos sete bispos brasileiros delegados ao Sínodo. Os que não puderem comparecer ao encontro de leigos receberão a cópia do documento através do CNL.

O plenário do Sínodo será composto por cinco categorias: os membros representantes das Igrejas orientais, cardeais da Cúria Romana, representantes da União dos Superiores Gerais, membros nomeados pelas conferências episcopais e por nomeação do papa, totalizando aproximadamente 230 bispos.

Do Brasil, estarão presentes Dom Agnelo Rossi, presidente da Administração do Patrimônio da Sé Apostólica; Dom João Cláudio Colling, arcebispo de Porto Alegre e Dom Serafim Fernandes de Araújo, arcebispo de Belo Horizonte, ambos indicados pelo papa; e os bispos escolhidos pela CNBB durante a 25ª Assembléia da entidade: cardeal Dom Aloísio Lorscheider, arcebispo de Fortaleza; Dom Marcelo Pinto Carvalheira, bispo de Guarabira; Dom Celso José Pinto da Silva, bispo de Vitória da Conquista; e Dom Luciano Mendes de Almeida, presidente da CNBB.

O número máximo de leigos que participarão do Sínodo, segundo Dom Eduardo Pirônio é de 60, mas esse dado ainda não foi confirmado pelo papa, que é o responsável por esta decisão.

Maior participação: proposta unânime

Apesar das diferentes origens e linhas de trabalho que representavam os participantes do Encontro de Leigos - pastorais, movimentos, entidades, dioceses etc -, todos eles tinham uma proposta em comum: a participação dos leigos nas decisões da Igreja.

O documento que será entregue aos participantes do Sínodo corre o risco de não ser levado em conta, já que os bispos que lá estarão representam variadas linhas de pensamento dentro da Igreja. Mesmo que isso aconteça, o encontro no Brasil terá contribuído para "o leigo tomar consciência de seu papel na Igreja e deixar de ser apenas um auxiliar para ser uma força que vai levar a Igreja pelos caminhos que Deus quer". A constatação é de Antonio Luiz Mariani, membro da Comunidade de Vida Cristã (CVX) de São Paulo. Ele participou do painel sobre "Os leigos na Igreja e na sociedade", debatendo o tema Espiritualidade.

A expectativa de Antonio Luiz em relação ao Sínodo é que seus participantes olhem com mais cuidado a realidade da América Latina, colocando essa questão a nível mundial. Para Laura Lorenzoni, representante da Pastoral da Juventude Rural de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, reconhecer o trabalho do jovem e abrir mais espaço para ele dentro da Igreja é uma discussão que não pode faltar ao Sínodo. Laura reivindica ainda o acesso dos jovens à formação para que eles possam assessorar seus grupos.

Maior participação nas decisões e formação dos leigos também é a proposta de Domingos Trindade, pescador das ilhas de Abaetetuba, no Pará. Discutindo o tema "Leigos e CEBs", Domingos lembrou que Abaetetuba, região com 35 mil moradores, possui 51 comunidades de base voltadas para o trabalho com a população. Para Domingos, o Encontro de Leigos foi importante "para nós começarmos a provar o sabor de poder decidir e participar".

Afirmando que a maior força dos leigos não está no Sínodo, mas na reflexão que eles estão fazendo, o teólogo-leigo Pedro Afonso Gomes, de São Paulo, disse que não será este o momento de mudança. "As mudanças efetivas virão através da organização, da formação tanto nas questões internas como nas questões de engajamento dos leigos na sociedade".

"O Sínodo aconteceu aqui"

Eleito presidente do Conselho Nacional de Leigos em assembléia realizada em novembro do ano passado, Antonio Geraldo de Aguiar é professor da Umesp em Marília e participa da equipe de formação dos leigos da Diocese de Lins. Para ele, algumas das discussões que devem ter prioridade no Sínodo dos bispos são o fortalecimento da caminhada dos leigos, formação, participação e autonomia, presença da mulher na Igreja e o engajamento dos cristãos na sociedade.



Aguiar aposta na articulação

OSP: Quando foi fundado o Conselho Nacional de Leigos?

Geraldo: Em 1976, a partir de alguns movimentos que se reuniram estimulados pela CNBB, uma vez que até essa data houve um processo de desarticulação do laicato após 1964. Em 76 a CNBB estimulou o pessoal para esta articulação mas até 81 as coisas foram muito difíceis porque ainda havia um processo muito violento de repressão no país. A partir de 81 é que se busca maior articulação, congregando movimentos, pastorais, e contatos com os regionais da CNBB.

OSP: Como o CNL está organizado?

Geraldo: O Conselho tem fundamentalmente a participação de movimentos pastorais organizados a nível nacional. Na última assembléia, em novembro de 86, é que se insistiu um pouco na participação dos regionais e representação de CEBs. Em alguns regionais esse processo de participação já está acontecendo. É claro que toda a preparação do Sínodo veio ajudar nesse sentido. Foi um momento importante em que vários regionais da CNBB, tanto nas reuniões dos

bispos como nas assembléias de Igreja, tiveram como tema a reflexão sobre a vocação e missão dos leigos.

OSP: Qual sua avaliação sobre este primeiro encontro nacional?

Geraldo: Acho que o encontro, no seu objetivo de entrosamento, de celebração da caminhada dos leigos foi muito positivo. Paralela às discussões que foram feitas em plenário, vários regionais fizeram suas reuniões para marcar encontros próximos para articulação. Nós tivemos no encontro representantes de todos os estados, de todos os regionais, das várias dioceses do país. Como primeiro encontro nesta linha, eu acho que a gente, está sendo capaz de ver que o pessoal de movimentos, de pastorais, de CEBs e dioceses têm pontos em comum e pontos divergentes na sua prática pastoral. Acho que o encontro provocou uma tomada de consciência dos leigos, que eles têm que se organizar e se articular.

OSP: Quais as expectativas do Conselho para depois do Sínodo?

Geraldo: Primeiro eu acho que o Sínodo para a gente é tudo isso que aconteceu aqui, a prepara-

ção intensa que houve nos regionais e no encontro. Durante a realização do Sínodo esperamos que a gente possa ter um grupo de leigos brasileiros em Roma para acompanhar os trabalhos, ajudar, contribuir. Depois do Sínodo, penso que temos que continuar reforçando essa articulação, fazer com que as discussões e o documento do Sínodo sejam de conhecimento amplo.

OSP: Como você viu a escolha do tema leigos?

Geraldo: Um aspecto que este Sínodo está colocando é que ao discutir a questão do leigo você tem que discutir toda a Igreja. Não dá para discutir o que é o leigo sem discutir qual o papel do padre, do bispo. Ao discutir esta questão é uma grande oportunidade para a gente repensar e rediscutir a própria Igreja. Nós

A Missão na comunidade eclesial

Presidente do Pontifício Conselho para os Leigos e um dos três bispos que presidirá o Sínodo de outubro, Dom Eduardo Pirônio lembrou durante o Encontro Nacional de Leigos que não depende dele e nem do Conselho do qual é presidente a decisão da quantidade de leigos que participarão do Sínodo. Depende, segundo ele, "fundamentalmente do papa e da Secretaria do Sínodo".

Dom Pirônio afirma ter muitas esperanças nesse Sínodo e crê que a elaboração conjunta de projetos pastorais será mais ativa e concreta. Para ele, é fundamental que se trate no evento da comunhão missionária, da parti-

cipação dos leigos na missão global e evangelizadora da Igreja e dos pobres. "É preciso partir dos pobres para ver os desafios que nosso continente apresenta a toda a Igreja, de um modo particular aos cristãos leigos que estão comprometidos com a realidade", ressalta o cardeal.

Lembrando ainda que não se deve separar o trabalho e a missão do leigo na comunidade eclesial do seu trabalho na sociedade humana, Dom Pirônio diz que "o leigo que faz política está construindo o reino de Deus e a comunidade eclesial".

Os desafios O presidente da CNBB, Dom

Luciano Mendes de Almeida, também aponta a missão como tema a ser discutido no Sínodo, mas "que não se considere o leigo em termos de missão dentro da Igreja, mas se considere a missão da Igreja dentro do mundo". De acordo com Dom Luciano, a Igreja inteira, através do leigo, deveria estar hoje repensando a fome no mundo, a desigualdade social, a pressão e opressão do Primeiro Mundo sobre o Terceiro, os conflitos armados de leste a oeste e as discriminações raciais. "Esse é o grande desafio de hoje e não tanto a arrumação das cadeiras dentro da comunidade eclesial".

tivemos há 20 anos o Concílio Vaticano II e eu acho que é um momento importante para a Igreja retomar o seu papel, a sua missão, tanto interna como na perspectiva de transformação da sociedade, após esses 20 anos.

OSP: Que propostas você levaria ao Sínodo?

Geraldo: Primeiro, que dentro da Igreja deixasse de existir os leigos. Embora a gente tente dar um sentido a essa palavra, na nossa linguagem ela quer dizer alguém que não sabe. Depois que fortaleça a caminhada dos leigos na sua inserção na sociedade. Que a Igreja realmente reconheça que ao agir na sociedade o leigo não está apenas agindo a partir de sua consciência pessoal, mas está agindo como Igreja. Outras questões são a formação do leigo - é preciso que haja igualdade na formação, não investindo apenas na formação presbiterial; a participação e autonomia do leigo - que ele tenha participação de decisão por exemplo nos conselhos diocesanos de pastoral; a presença da mulher na Igreja e reforçar o engajamento dos cristãos na construção permanente da sociedade na perspectiva do reino.



Dom Pirônio presidirá o Sínodo.

CNBB faz debate sobre conjuntura social e política

Da Reportagem Local

O Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), formado por 26 bispos, delegados dos secretariados regionais da conferência episcopal, além dos membros da Comissão Episcopal de Pastoral (CEP), estará reunido de terça a sexta-feira, em Brasília, sob a presidência de d. Luciano Mendes de Almeida, para analisar a conjuntura sócio-política brasileira, com destaque para a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) —criada anteontem pelo Congresso Nacional—, para a situação da reforma agrária no país e para os trabalhos do Congresso constituinte, onde a Igreja Católica tem propostas específicas em tramitação sobre o direito à vida, ordem econômica, liberdade e educação religiosa. A CNBB apóia também propostas de outras entidades sobre a participação dos cidadãos no controle do poder público e sobre a política agrária.

No plano interno da Igreja, o Conselho será informado sobre a viagem de d. Luciano Mendes e d. Ivo Lorscheiter à União Soviética, no próximo mês e debaterá as diretrizes gerais da ação da Igreja no Brasil, o trabalho eclesial nas áreas da comunicação, juventude e família, o ano mariano, o texto-base da Campanha da Fraternidade/88 sobre o negro (cuja versão final deverá ser aprovada nessa reunião), além de definir a data para a 26ª Assembléia Geral do Episcopado Brasileiro, no próximo ano. Os textos das diretrizes pastorais e da Campanha da Fraternidade/88 foram preparados pelos teólogos do Instituto Nacional de Pastoral (INP), organismo de assessoria à CNBB, pelos assessores e pelo secretário-geral da conferência, d. Celso Queiroz, que se reuniram em Brasília, de 11 a 13 de julho.

Visita do Papa

Na pauta extra-oficial, o Conselho Permanente da CNBB —que é o segundo fórum mais importante de decisões do episcopado católico brasileiro, depois da assembléia geral anual da conferência— deverá debater os contatos que estão sendo mantidos entre a conferência e os assessores de João Paulo 2º, com vistas à segunda visita do papa ao Brasil, a ser realizada ou no final do próximo ano ou no primeiro semestre de 1989.

24-8-87 F13

CNBB escolhe 4 bispos para defender propostas

Da Reportagem Local

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) já definiu os nomes dos quatro bispos que defenderão, na Comissão de Sistematização do Congresso constituinte, as propostas sobre educação, ordem econômica, liberdade religiosa e família que a entidade entregou ao presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), em 29 de julho último, com um total de 1.761.519 assinaturas de eleitores. Os defensores das propostas utilizarão, em data ainda indefinida, os vinte minutos regimentais para seus discursos.

A proposta da CNBB sobre educação —subscrita por 749.856 eleitores— será defendida por d. Cândido Padin, 72, bispo de Bauru (335 km a oeste de São Paulo), coordenador da Comissão de Acompanhamento ao Congresso Constituinte da CNBB.

O defensor da proposta sobre estabilidade familiar (que enfatiza o "direito à vida", desde a fase intra-uterina até à morte, e que

recebeu as assinaturas de 515.820 eleitores) será d. Benedito Ulhoa Vieira, 67, arcebispo de Uberaba (460 km ao sul de Belo Horizonte-MG), ex-vice-presidente da CNBB (1983/87) e ex-bispo auxiliar de São Paulo. A proposta sobre ordem econômica —apresentada com 283.381 assinaturas— será defendida pelo bispo de Afogados da Ingazeira (375 km a oeste de Recife-PE), d. Francisco Austregésilo de Mesquita Filho, 63, ex-coordenador da Pastoral Rural no Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. A ênfase da proposta é a prevalência do trabalho sobre o capital.

Já a proposta sobre liberdade religiosa —que obteve 212.462 assinaturas— será defendida por d. Antônio Celso Queiroz, 54, bispo-auxiliar de São Paulo e secretário-geral da CNBB. Nessa emenda, a Igreja propõe que o Estado garanta a liberdade de culto no país.

A CNBB não conseguiu completar os dois milhões de assinaturas que pretendia recolher para as suas propostas porque 30% dos formulários, encaminhados às dioceses e paróquias, chegaram a Brasília sem os endereços ou sem os dados completos dos títulos dos eleitores.



Matutti Mayezo - 4. Fev. 87



D. Luciano Mendes de Almeida

Banco de Dados



Cardeal d. Agnello Rossi

Brossard se exalta e grita durante audiência com presidente da CNBB

Da Sucursal de Brasília

Exaltado, aos gritos, que foram ouvidos pelos repórteres que estavam na ante-sala de seu gabinete, o ministro da Justiça, Paulo Brossard, recebeu ontem em audiência o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Luciano Mendes de Almeida. "Desde quando o Brasil é nação 'plurinacional'? Muito bonito... Anchieta (padre José de Anchieta) não faria isto, o grande padre Vieira não faria isto", disse Brossard a d. Luciano, referindo-se às reportagens publicadas recentemente pelo jornal "O Estado de S. Paulo" sobre a atuação da Igreja em áreas indígenas, em que os missionários são acusados de tentar limitar a soberania nacional nessas regiões.

"Depois de cinco séculos vamos ter outra realidade? Quais serão as consequências futuras?", afirmou o ministro da Justiça, com a voz

alterada. "Isto (a definição do Brasil como um país 'plurinacional') é uma coisa absolutamente estranha ao direito constitucional brasileiro, do qual nem seu avô ou seu bisavô concordariam", disse ele. A Igreja defende a inclusão na nova Constituição do direito à "pluriétnicidade" dos povos indígenas.

Em seguida, Brossard, mantendo o tom de voz exaltado e agressivo, lembrou documento com 47 mil assinaturas, da Juventude Católica da Austria, e enviado ao Congresso constituinte, em apoio à demarcação das terras dos índios e ao usufruto, por eles, da riqueza do subsolo de suas terras. "Esses austríacos nunca puseram os pés aqui e não sabem dizer uma palavra em português, e ainda se apresentam como protetores dos índios", disse o ministro. Depois, falou de "organizações européias que estão a ofender" a soberania brasileira.

O presidente da CNBB tentou retrucar, mas suas palavras foram interrompidas pelo seu interlocutor. "Eu lhe confesso, padre, fiquei perplexo..." Só, então, d. Luciano pôde falar, mas suas afirmações, feitas em voz baixa, não foram ouvidas do lado de fora. Os dois ficaram reunidos durante 75 minutos e, à saída da audiência, Brossard se despediu de d. Luciano com formalismo.

D. Luciano não fez comentários sobre o tom de voz rispido empregado por Brossard até que isso lhe foi perguntado, ao que respondeu ter sido tudo "explicado no decorrer da conversa". Disse apenas, num tom quase inaudível, que era "problema dele" (do ministro) falar daquele jeito. "A conversa foi cordial", disse.

O presidente da CNBB conseguiu entregar ao ministro documentos (já levados a público) que, segundo ele, comprovam serem falsas as acusações feitas nas reportagens do "O

2418189 FSP

Estado de S. Paulo". D. Luciano classificou-as de "fantástica elocução", e lamentou terem passado por "mentes tão criativas que recorrem a documentos falsos". Ele, mais uma vez, apontou interesses estrangeiros, atentos para a exploração de minérios nas terras indígenas, como inspiradores das publicações.

Esta não é a primeira vez que Brossard e d. Luciano se desentendem. No dia 8 de maio de 86, o ministro da Justiça teria tratado o presidente da CNBB com rispidez, ao receber um relatório sobre a situação dos "brasiguaios" (camponeses brasileiros que estão voltando do Paraguai). Depois, em junho daquele ano, a CNBB divulgou nota refutando críticas feitas pelo ministro, segundo o qual a Igreja estaria instigando invasões de propriedades particulares na região do "Bico do Papagaio" (norte de Goiás, sul do Maranhão e sudeste do Pará).

Críticas são 'gratuitas', diz frei Betto

Da Reportagem Local e da Sucursal do Rio

O teólogo dominicano frei Betto disse ontem, em São Paulo, que as críticas feitas, anteontem, no Rio, pelos sete poloneses católicos que visitam o Brasil, à viagem que fez —com o frei Leonardo Boff e outros teólogos— à URSS, "constitui uma agressão gratuita e infundada que atinge diretamente o cardeal filipino Jaime Sin, a madre Teresa de Calcutá, que estiveram na União Soviética, assim como o presidente da CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida e o ex-presidente da CNBB, d. Ivo Lorscheiter, que estão de malas prontas para visitar aquele país".

Os sete religiosos e leigos poloneses, ligados ao sindicato Solidariedade, visitam o Brasil a convite do Instituto de Estudos Religiosos (Iser), do Rio de Janeiro. Eles disseram que Leonardo Boff e os outros quatro brasileiros que estiveram na URSS "foram vítimas dos roteiros preparados para viagens oficiais" e que "atualmente, só os padres se prestam a este tipo de engodo".

Frei Betto acrescentou que os visitantes poloneses "consideram a questão dos direitos humanos a partir das chamadas liberdades burguesas e não a partir das necessidades fundamentais do ser humano —como alimentação, moradia, trabalho, saúde e educação— que estão estrutu-

ralmente garantidas nos países socialistas". Em sua opinião, "não é verdade" que os teólogos brasileiros "tenham visto, na URSS, apenas o que o governo quis mostrar".

O teólogo franciscano Leonardo Boff, disse, ontem à tarde, pelo telefone, que não iria comentar as críticas do padre Kloczowski.

O jornalista Jerzy Turowicz, 75, que faz parte do grupo de poloneses, é amigo do papa João Paulo 2º, com o qual costuma encontrar-se regularmente no Vaticano. Turowicz é editor-chefe do "Tygodnik Powszechny" ("Semanário Universal"), fundado em 1945 e de cuja equipe de redação participou, em Cracóvia, o arcebispo Karol Wojtyła, eleito em 1978 como João Paulo 2º.

Brossard se exalta e grita durante audiência com presidente da CNBB

Da Sucursal de Brasília

Exaltado, aos gritos, que foram ouvidos pelos repórteres que estavam na ante-sala de seu gabinete, o ministro da Justiça, Paulo Brossard, recebeu ontem em audiência o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Luciano Mendes de Almeida. "Desde quando o Brasil é nação 'plurinacional'? Muito bonito... Anchieta (padre José de Anchieta) não faria isto, o grande padre Vieira não faria isto", disse Brossard a d. Luciano, referindo-se às reportagens publicadas recentemente pelo jornal "O Estado de S. Paulo" sobre a atuação da Igreja em áreas indígenas, em que os missionários são acusados de tentar limitar a soberania nacional nessas regiões.

"Depois de cinco séculos vamos ter outra realidade? Quais serão as consequências futuras?", afirmou o ministro da Justiça, com a voz

alterada. "Isto (a definição do Brasil como um país 'plurinacional') é uma coisa absolutamente estranha ao direito constitucional brasileiro, do qual nem seu avô ou seu bisavô concordariam", disse ele. A Igreja defende a inclusão na nova Constituição do direito à "pluriethnicidade" dos povos indígenas.

Em seguida, Brossard, mantendo o tom de voz exaltado e agressivo, lembrou documento com 47 mil assinaturas, da Juventude Católica da Austria, e enviado ao Congresso constituinte, em apoio à demarcação das terras dos índios e ao usufruto, por eles, da riqueza do subsolo de suas terras. "Esses austríacos nunca puseram os pés aqui e não sabem dizer uma palavra em português, e ainda se apresentam como protetores dos índios", disse o ministro. Depois, falou de "organizações européias que estão a ofender" a soberania brasileira.

O presidente da CNBB tentou retrucar, mas suas palavras foram interrompidas pelo seu interlocutor. "Eu lhe confesso, padre, fiquei perplexo..." Só, então, d. Luciano pôde falar, mas suas afirmações, feitas em voz baixa, não foram ouvidas do lado de fora. Os dois ficaram reunidos durante 75 minutos e, à saída da audiência, Brossard se despediu de d. Luciano com formalismo.

D. Luciano não fez comentários sobre o tom de voz ríspido empregado por Brossard até que isso lhe foi perguntado, ao que respondeu ter sido tudo "explicado no decorrer da conversa". Disse apenas, num tom quase inaudível, que era "problema dele" (do ministro) falar daquele jeito. "A conversa foi cordial", disse.

O presidente da CNBB conseguiu entregar ao ministro documentos (já levados a público) que, segundo ele, comprovam serem falsas as acusações feitas nas reportagens do "O

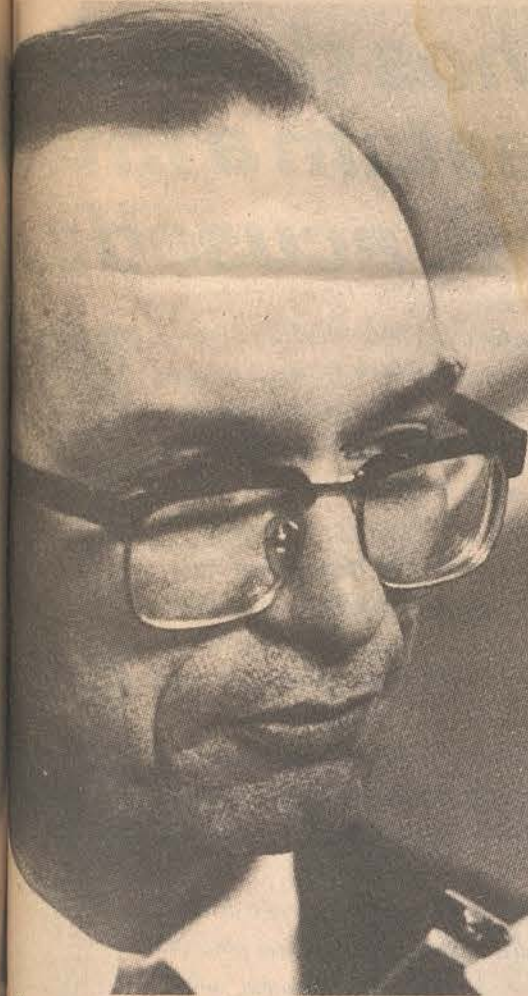
Estado de S. Paulo". D. Luciano classificou-as de "fantástica elocução", e lamentou terem passado por "mentes tão criativas que recorrem a documentos falsos". Ele, mais uma vez, apontou interesses estrangeiros, atentos para a exploração de minérios nas terras indígenas, como inspiradores das publicações.

Esta não é a primeira vez que Brossard e d. Luciano se desentendem. No dia 8 de maio de 86, o ministro da Justiça teria tratado o presidente da CNBB com rispidez, ao receber um relatório sobre a situação dos "brasiguaios" (camponeses brasileiros que estão voltando do Paraguai). Depois, em junho daquele ano, a CNBB divulgou nota refutando críticas feitas pelo ministro, segundo o qual a Igreja estaria instigando invasões de propriedades particulares na região do "Bico do Papagaio" (norte de Goiás, sul do Maranhão e sudeste do Pará).

ACIONAL

29/18/187 140

Página 7



diz que acusações são falsas

Há uma sinistra figura envolvida

na "conspiração"

Numa série de seis reportagens intituladas "Os Índios e a Nova Constituição", o jornal "O Estado de S. Paulo" procurou provar, de nove a quinze de agosto, que o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) quer a soberania restrita sobre territórios indígenas na Amazônia, a desnacionalização das fronteiras do Brasil e a não exploração de minérios nas terras indígenas. O Cimi estaria, segundo o jornal, movido por interesses e dinheiro de mineradoras estrangeiras interessadas na não exportação de produtos brasileiros.

O jornal vai além. Na quarta reportagem da série, "O Estado" afirma que "estão para chegar - se ainda não chegaram - cem máquinas a Belém do Pará para juntar-se, sem que ninguém perceba, a tantas outras que já estão transformando a Amazônia num grande buraco". As máquinas seriam do Cimi.

O senador Severo Gomes (PMDB-SP), em artigo publicado no jornal "Folha de S. Paulo", chega à uma conclusão sobre a "conspiração contra o Brasil": "Um leitor desavisado poderia entender nesse cabeçalho de primeira página uma mudança de 180° na linha editorial do jornal. No corpo da matéria, as palavras de ordem em defesa da soberania, ameaças de imperialismo e interesses dos países

industrializados capitalistas confundem leitores acostumados exatamente ao contrário". No final de seu artigo, o senador lança mais farpas: "De uma coisa não tenhamos dúvidas. Com esta campanha e mais o encarte semanal dos "contras" da Nicarágua - pasmem! o supracitado (O jornal) distribuirá dividendos".

Com ou sem dividendos, "O Estado" afirma, na primeira reportagem, a "existência de ação internacional destinada a abalar os fundamentos do Estado brasileiro em sua unidade territorial, no exercício pleno de sua soberania sobre todo o território, além de marginalizar definitivamente o Brasil do mercado internacional de minérios, ou dele participar apenas na condição de subordinado".

A CNBB, em nota de "repúdio às acusações contra o Cimi", datada de 10 de agosto, considera que "a matéria revela leitura tendenciosa das atividades da Igreja e se baseia em informações absolutamente falsas" (leia ao lado). As declarações do jornal, segundo a CNBB, "visam claramente a varrer da futura Constituição a garantia dos direitos indígenas". O Cimi nunca postulou junto à Constituinte o estabelecimento da soberania restrita (o país não teria controle sobre os territórios indígenas), não é vinculado no Conselho Mundial de Igrejas e

tampouco o representa (como afirmou "O Estado"), não possui nenhum arquivo secreto e nunca se opôs a medidas militares que visem à garantia de suas fronteiras", afirma a CNBB. No dia 14 a Presidência da CNBB divulgou outra nota - "Compromisso com a Causa Indígena" - onde afirma que "a virulência do ataque demonstra a intenção de causar impacto na opinião pública e confundir os constituintes nas vésperas de discussão e votação do substitutivo do deputado Bernardo Cabral".

Para Dom Luciano Mendes de Almeida, presidente da CNBB, a versão do jornal a respeito do trabalho do Cimi "é completamente falsa". A CNBB já manifestou sua disposição de processar o jornal.

Outras entidades envolvidas nas "denúncias" de "O Estado" também se manifestaram. O Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic) através de seu presidente, parrot Gottfried Brakemeier, manifesta sua "inconformidade" diante da série de reportagens e afirma que "tanto o Conic, na condição de membro associado do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), como as Igrejas Evangélica, de Confissão Luterana no Brasil, Metodista, Episcopal e Presbiteriana Unida (filiadas ao CMI) desconhecem a existência do docu-

mento mencionado na matéria do referido jornal (Diretriz nº 04 - Ano 0)". O documento afirma, segundo "O Estado", que "a Amazônia total, cuja maior área fica no Brasil, mas compreende também parte dos territórios venezuelano, colombiano e peruano, é considerada por nós como patrimônio da Humanidade. A posse desta imensa área pelos países mencionados é meramente circunstancial".

Outras manifestações surgiram. A Associação Brasileira de Antropologia (ABA), através de sua presidente, Manuela Carneiro da Cunha, "manifesta sua preocupação com a campanha de proporções inéditas desencadeada por um jornal paulista e baseada em documentos cuja autenticidade já foi desmentida". A afirmação faz parte de um telex enviado pela ABA às lideranças do Congresso e aos deputados Ulysses Guimarães (presidente do Congresso Constituinte) e Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização da Constituinte. Carolina Bori, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em telex aos mesmos destinatários mais o senador Mário Covas, manifesta o apoio da entidade "ao texto ("Direitos dos Índios") e às propostas mínimas nele expressas".

Quem é Mauro Nogueira?

São no mínimo discutíveis os caminhos utilizados pelo jornal "O Estado de São Paulo" para "apurar" a "conspiração contra o Brasil". Júlio Gaiger, assessor jurídico do Cimi e considerado pelo jornal "o principal lobista do congresso", e Antonio Brand, secretário-executivo do Cimi, têm versões diferentes às apresentadas pelo jornal.

Segundo Gaiger e Brand, fartamente citados na série de reportagens, "os documentos apresentados pelo jornal são falsos, não houve a reunião citada na reportagem, a funcionária citada não pertence ao Cedi (Centro Ecumênico de Documentação e Informação) e sim ao Cimi". Segundo Brand, "a montagem dos 'documentos' foi grosseira".

A reunião citada por Gaiger e Brand, na versão do jornal, teria ocorrido na sede do Cimi, em Brasília no dia 16 de julho com as presenças do padre Celso Pedro da Silva, sub-secretário da CNBB, "irmão leigo" Antonio Brand, Júlio Gaiger, "O propagandista já conhecido", "irmão" Egon Dionísio e o "irmão" Stevens Baynes. Representando o

Cedi, segundo o jornal, estava presente Iris Leila Amaral, que secretariou a reunião. Uma pessoa chave em toda a série de reportagens, Mauro R. Nogueira, representava a "Biblioteca do Desenvolvimento Econômico do Brasil". A reunião seria para apresentar Nogueira aos demais, segundo cónego Celso Pedro.

Durante a reunião, diz "O Estado", discutiu-se assuntos internos e até secretos do Cimi, que depois viriam a público. A versão do Cimi, no entanto, é diferente. "As declarações supostas de uma reunião teriam sido pinçadas individualmente por Nogueira em conversas. A reunião nunca existiu", afirma Brand.

Mauro R. Nogueira é a figura controversa de toda a história. Segundo Brand e Gaiger, Nogueira se apresentou à CNBB como representante da Biblioteca do Desenvolvimento Econômico do Brasil (biblioteca que, aliás, o Cimi não conseguiu localizar ainda). Nogueira disse estar a serviço do senador Marco Maciel (PFL-PE) e ser "conhecido" de Dom Luciano Mendes de Almeida. Com essas "credenciais",

foi apresentado pelo cónego Celso Pedro a Brand e Gaiger, com o qual conversou separadamente.

Em seguida, Nogueira pediu permissão para realizar pesquisas nos arquivos do Cimi, de onde extraiu documentos que xerocopiou. Mesmo assim, o jornal "O Estado" publica "documentos falsos, como uma carta a mim atribuída, a "Diretriz nº 4 - Ano 01, do CMI e montou de maneira aleatória e somente em trechos os documentos do Cimi", acusa Brand.

Nogueira apresentou também um endereço, no bairro do Brooklin, em São Paulo, e um número de telefone onde não foi localizado pelo Cimi. O senador Marco Maciel também desmentiu que Nogueira estivesse trabalhando para ele. "Que interesses tão fortes estão por trás para financiar uma série de matérias baseadas em documentos e afirmações falsas?", pergunta Antonio Brand. Ele mesmo responde, "O interesse é que na futura Carta Constitucional sejam retiradas limitações à mineração em terras indígenas. Esse é o interesse e

?

nossa expectativa é que os constituintes saibam distinguir as coisas".

O presidente do Cimi, Dom Erwin Krautler, "austriaco de nascimento", ressalta "O Estado", estaria servindo como instrumento às mineradoras estrangeiras. O jornal cita também que "perto de 47 mil austriacos pretendem emendar o projeto de Constituição brasileira a pretexto de salvar o índio a partir da sugestão popular nº 001". Os jovens do Movimento dos Jovens Católicos da Áustria, através da proposição, sugerem que sejam respeitados os direitos dos índios e seus territórios. Dom Erwin Krautler, em viagem a Florianópolis (SC), não foi encontrado para responder às "denúncias" de "O Estado". Através da iniciativa dos jovens austriacos, o jornal "pôde reconstituir toda a trama". Além de seus documentos "fidedignos", o jornal insinua que o Cimi possui "arquivo enterrado em alguma parte do território nacional". Dom Luciano Mendes de Almeida acha as afirmações "completamente falsas".

Ação da UDR pre

A crescente atuação, em todos os níveis, da União Democrática Ruralista (UDR), já chamada pelo bispo de Goiás Velho (GO), dom Tomás Balduino, de União Diabólica Ruralista, está preocupando as Igrejas Cristãs do Brasil. Essa preocupação tornou-se evidente na Sexta Assembléia nacional da Comissão Pastoral da Terra, realizada em Goiânia (GO), com a presença de bispos, agentes pastorais, pastores e lavradores. Participaram oficialmente da assembléia membros das Igrejas Católica, Evangélica de Confissão Luterana no Brasil e Metodista.

Houve consenso em sugerir

aos dirigentes das Igrejas que tomem posição diante da escalada da UDR, voltada basicamente contra os lavradores e em favor do capitalismo. Na próxima semana, o Conselho Permanente da CNBB deverá debater, entre outros temas, a atuação da UDR e sua articulação com setores de direita tanto no campo, quanto na cidade.

Os bispos e pastores presentes na assembléia da CPT mostraram-se extremamente preocupados com a organização, incipiente, das seções infanto-juvenil e feminina da UDR. Houve, inclusive, quem falasse de um processo de salva-

ocupa as Igrejas

ção do Brasil, graças à atuação da UDR. Este processo consistiria na organização no Brasil, à semelhança do que ocorreu em El Salvador, de ações de extrema direita, como aquelas dirigidas, naquele país, por grupos como os comandados por Roberto D'Aubuisson, implicando no assassinato de dom Oscar Arnulfo Romero.

Várias frentes

As análises que vêm sendo feitas, nas Igrejas Cristãs brasileiras comprometidas com o movimento ecumênico, sobre a UDR, indicam que a entidade atua, com eficiência e muito dinheiro, em várias frentes: parlamentar (ten-

do sob o seu controle cerca de 70 parlamentares de vários partidos), econômica (articulando-se com organizações empresariais rurais e urbanas), ideológica (com espaço garantido, hoje, em todos os grandes meios de comunicação do país), religiosa (unindo-se a setores conservadores das Igrejas), além da frente paramilitar, com o envolvimento de dirigentes da UDR em vários casos de assassinatos de militantes pela reforma agrária, em todo o país. Segundo a última edição da revista Veja, a meta da UDR é chegar, a médio prazo, ao total de um milhão de filiados em todo o país.

29-8-77

Luciano Mendes de Almeida

Não perder a esperança

Reuniram-se mais uma vez em Brasília os membros do Conselho Permanente da CNBB, de 25 a 28 de agosto. O tema principal do encontro foi a redação final das diretrizes gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil, conforme o voto dado por todos os membros da 25.ª Assembléia Geral em 1.º de maio deste ano. O documento descreve qual é a missão da Igreja hoje em nosso país.

Evangelizar é a única e constante tarefa da Igreja em conformidade com a missão de Jesus Cristo de anunciar a boa nova da salvação.

O texto será estudado por todas as dioceses e comunidades e ajudará a assumir o compromisso de testemunhar na atual conjuntura. O povo de Deus, cada vez mais consciente de sua missão, deverá participar na construção de uma sociedade solidária e fraterna. Foram escolhidos três destaques pastorais para os próximos anos: a evangelização dos meios de comunicação, da juventudes e da família. Nesse contexto, os bispos sentiram o dever de refletir sobre as graves situações em que vive nosso povo e de elevar a Deus preces e convocar as pessoas de boa vontade para a esperança. Isto, no entanto, inclui, como o texto amplamente expõe, o empenho pela democracia, que tenha por eixo a justiça e o desenvolvimento integral para todos.

É necessário insistir no aperfeiçoamento de instituições para afastar sempre mais para longe a tentação de soluções violentas.

Sem respeito à lei não há democracia.

Saudamos, portanto, a atuação de constituintes que têm sabido valorizar as emendas populares que visam o bem comum.

A nota dos bispos não podia deixar de chamar a atenção sobre o valor da vida, infelizmente ameaçada ainda antes de nascer. Aumentou o número de assassinatos e também a ação de grupos de extermínios. Continua o flagelo da fome e da doença, castigando a vida da população empobrecida.

A nota já estava escrita quando fomos surpreendidos pelo brutal atentado contra o padre Francisco Cavazzuti, alvejado por um tiro de cartucheira, à noite de quinta-feira, em Mossamedes, Estado de Goiás. Encontra-se entre a vida e a morte, atingido na cabeça por um ato de violência e covardia. Esperamos não fique impune.

O segundo ponto a que se refere a nota é o que diz respeito às populações indígenas atingindo missionários até pela calúnia. Recentemente vários deles encontram-se impedidos arbitrariamente de continuar sua missão religiosa. É indispensável que a atenção dos constituintes se volte para salvaguardar o pleno direito à vida dos índios brasileiros contra as ambições de empresas mineradoras.

Os índios yanomani estão ameaçados por um grande número de garimpeiros ainda não retirados da área.

Fazem os bispos alusão a grupos que se utilizam do nome da Igreja ao usarem métodos alheios e contrários ao ensinamento evangélico.

O texto termina com um forte apelo: "Não percamos jamais a esperança. Deus caminha conosco à frente da história e nos confirma em nossa missão evangelizadora. Ele não nos abandona jamais".

D. Luciano Mendes de Almeida escreve aos sábados nesta coluna.

Na defesa de sua emenda, CNBB critica o substitutivo

Da Sucursal de Brasília

O coordenador da Comissão de Assuntos Constitucionais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e bispo de Bauru (SP), d. Cândido Padim, afirmou ontem pela manhã, na Comissão de Sistematização do Congresso constituinte, que nem todos os capítulos do substitutivo apresentado pelo relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) estão de acordo com o preâmbulo proposto para a nova Constituição, e citou, como exemplo para sua crítica, a falta de uma "conceituação do ideal da atividade educacional". D. Padim falou à comissão em defesa da emenda popular sobre educação apresentada pela CNBB ao Congresso constituinte.

Segundo o bispo, esta conceituação, inexistente no capítulo destinado à educação, deveria definir a qualidade do ensino a ser exigida de todas as escolas e instituições educacionais, quer as mantidas pelo governo ou pela iniciativa da sociedade.

"Situação lamentável"

Ele observou que o projeto preserva uma visão do Estado ao dizer que o sistema de educação é dever e direito do governo, atribuindo-lhe a obrigação de organizar o setor. Segundo d. Padim, a "situação la-

mentável" em que se encontra a educação no país "decorre da excessiva intervenção do Estado".

Para superar esta "falha" d. Padim defendeu a inclusão na nova Carta do artigo primeiro da proposta da CNBB. Segundo o artigo, a educação nacional deve ter por finalidade "o pleno e permanente desenvolvimento individual e social da pessoa humana, para o exercício consciente e livre da cidadania mediante uma reflexão crítica da realidade, para a capacitação ao trabalho e para a ação responsável a serviço da sociedade, apta a criar uma convivência solidária comprometida com a realização da justiça e da paz".

Crianças

Além de d. Padim, a Comissão de Sistematização ouviu os professores Vital Didonet (Comissão Nacional Criança e Constituinte) e Deodato Rivera, coordenador da campanha "Criança, prioridade nacional", defendendo emendas populares encaminhadas à Comissão. Rivera disse aos parlamentares que somente no ano passado morreram no país quatrocentas mil crianças menores de cinco anos por doenças evitáveis. Ambos pediram aos deputados e senadores que garantam, na futura Constituição, melhores condições de vida para crianças e adolescentes.

619182 F11

Severo Gomes

Cronologia de uma conspiração -2

A Assembléia Nacional Constituinte evoluiu para proibir a atuação de mineradoras privadas em áreas indígenas —velho princípio mal obedecido da política de mineração. A tendência atual é conceder este privilégio à União, que conduziria a exploração, quando necessária, atendendo a todos os cuidados da política indigenista para evitar genocídio ou etnocídio. Morte física ou cultural das populações.

Surpreendidas com essa tendência da Constituinte, as empresas mineradoras enlouqueceram e articularam com um certo Mauro Rodrigues Nogueira um falso e megalômano plano de mineração, que serviu de base para a campanha lançada pelo jornal "O Estado de S. Paulo". Só lhes restava a força da mentira e da calúnia. Por essa razão, aquelas empresas procuraram criar fatos consumados e conseguiram com seus ardis centenas de concessões para pesquisa em áreas indígenas. O digno ministro Aureliano Chaves cassou as concessões.

No dia 16 de agosto escrevi o capítulo primeiro deste roteiro de falácias que despertou interesse tão surpreendente a ponto de o cineasta João Batista Andrade me propor sua utilização. Hoje, no capítulo segundo desta história, é oportuno perceber que com a vista ofuscada pelo brilho do ouro, as mineradoras entregaram-se aos desatinos naturais dos que são acossados pelo tempo. Elas precisavam que um segundo plano falso, uma reedição dos anos 80 do que foi o Plano Cohen na década de 40, viesse ao conhecimento nacional, antes que a Constituinte estabelecesse normas que garantissem um mínimo de decência, capazes, também, de evitar o genocídio.

Há sempre inteligências voltadas para a defesa do "mundo livre". O tenente-coronel Oliver North disse durante seu depoimento no Congresso dos Estados Unidos que nem todo o dinheiro arrecadado no escândalo "Irã-Contras" foi para a Nicarágua. Uma boa parte foi empregada no Brasil para ajudá-lo a fazer uma "boa Constituição". Curiosamente, esta notícia não foi publicada por estas bandas. Mas, voltemos à cronologia dos fatos:

1 — Nesta linha de criatividade surge com nitidez o "pivot" do documentário estampado em "O Estado". O até agora desconhecido Mauro R. Nogueira. E ele quem está aparentemente no centro da falsificação de documentos que levaram o referido jornal a combater o entreguismo nacional que se realizaria pela cumplicidade da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) com o Sindicato do Estanho da Malásia. Um frisson de xenofobia percorreu a espinha da Redação do jornal.

2 — O ministro da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Moreira Lima, faz declarações endossando o Plano Cohen, defendendo a pátria e desancando a Igreja.

3 — O último número do semanário "Retrato do Brasil" revelou que a "Fundação Biblioteca do Desenvolvimento Econômico do Brasil" alugara em São Paulo uma casa para o seu diretor Mauro Rodrigues Nogueira, na rua dos Cascais nº 34, no Brooklin. Acontece que o fiador do aluguel foi o diretor da mineradora Paranapanema, Acyr Bernardes. Poderia ser um acidente ligado à amizade pessoal, não fora ter a indigitada Fundação alugado em Brasília para o seu engenhoso diretor uma outra casa, na QI 14, conjunto 6, casa 16, Lago Norte. Curiosamente o fiador é Hitler Nantes dos Santos, chefe do escritório da Paranapanema em Brasília.

Acontece que a Paranapanema é a mineradora com maiores interesses nas jazidas em terras indígenas. Na verdade já minera tanto em terras indígenas que desenvolveu a doutrina —já bastante aceita em certos círculos militares— de que os padres tangem os índios como bandos de cabras, para fixarem residência em cima das minas de ouro e/ou de estanho. (Os yanomami estão na região estanífera do Surucucu há cerca de três mil anos, segundo os etnólogos!)

4 — O presidente da CNBB constituiu advogado, o presidente do Conselho Federal da OAB, Marcio Tomaz Bastos, para agir contra o sempre lembrado jornal, depois de ter anunciado —em reunião pública promovida pela Fundação Pedroso Horta—, na Comissão de Finanças do Senado, toda a criminosa montagem da trama.

5 — Foi constituída uma Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional para apurar as acusações.

"O Estado" vira agora suas baterias para atacar a igreja da Venezuela. Pouca leitura para tanto espaço. Está, na realidade, mudando o rumo para fugir de outros ilícitos penais, mas dando impressão aos leitores que continua na mesma batalha. O doloroso é o nosso caro e enganado ministro Brossard que continua atirando, enquanto a quadrilha que o enganou já está mudando de rumo ou de país.

Imaginei, por causa do interesse de João Batista Andrade, três tomadas iniciais do filme, com o presidente da Mineradora Ranger S/A (gostaria que fosse Mario Lago):

— Ele telefonando para influentes amigos: "E hora de comprar ações da Ranger". Em outro tempo: "Agora venda ações da Ranger". Dá para entender?

— Cercado de caciques da margem esquerda do Amazonas, ele mostra o que é o verdadeiro cristianismo, do progresso, do plástico, da comida da cantina. Não é o dos padrecos que querem mantê-los na dura vida das matas, para depois explorar as riquezas quando chegar a hora do avanço imperialista das nações capitalistas.

— O presidente da Ranger chama o encarregado da área de mineração: "Sei que o nosso pessoal vai querer comer as índias. Mande examinar com rigor. Não admito que alguém venha trabalhar aqui com "sarampo".

Severo Gomes escreve aos domingos nesta coluna.

3120187 F40

Luciano Mendes de Almeida

Sínodo dos Bispos sobre os Leigos

Em Roma, na manhã de quinta-feira, o Santo Padre João Paulo 2º presidiu a concelebração eucarística na basílica de São Pedro, abrindo o Sínodo dos Bispos sobre os Leigos. Durante o mês de outubro reúne-se a sétima assembléia-geral, na sequência dos sínodos de ordinária convocação.

O sínodo é, como o nome grego indica (syn-odos), um "caminhar em conjunto", isto é, uma reunião que expressa a colegialidade episcopal em união com o Santo Padre. Demonstra, também, a responsabilidade, de cada bispo, para com o bem da Igreja universal. Na sua forma atual, surgiu em 1965, após o Concílio Vaticano 2º, por iniciativa de Paulo 6º.

Neste sínodo estão presentes 232 membros, a saber: patriarcas e arcebispos maiores das igrejas católicas de rito oriental (14), cardeais-prefeitos da Cúria Romana (23), representantes eleitos pelas conferências episcopais (154), representantes dos superiores maiores religiosos (10), aos quais, o Santo Padre acrescenta outros, nomeados diretamente por ele (30), na proporção de 15% do total. Do Brasil comparecem, eleitos pelo episcopado brasileiro: o cardeal Aloísio Lorscheider; dom Marcelo Pinto Carvalheira, bispo de Guarabira; dom Celso José Pinto da Silva, bispo de Vitória da Conquista; e o presidente da CNBB. Foram escolhidos, pelo Santo Padre, mais dois bispos: dom Serafim Fernandes de Araújo, arcebispo de Belo Horizonte, e dom Cláudio Colling, arcebispo de Porto Alegre. O cardeal Agnello Rossi participa como membro da Cúria Romana. Além dos bispos e superiores religiosos maiores, o Santo Padre costuma convidar outros participantes, na qualidade de ouvintes. Desta vez, devido ao tema que se refere aos leigos, foram convidados sessenta membros do laicato, sendo 26 mulheres e 34 homens, das várias partes do mundo. Representa o Brasil, o casal Olindo e Marilene Toaldo, da Diocese de Santa Maria.

Antes do atual sínodo, realizaram-se seis, de 1967 a 1983. Os quatro últimos trataram, respectivamente, da evangelização (74), da catequese (77), da família (80), da penitência e reconciliação (83). Houve mais dois sínodos, de convocação extraordinária, sobre a colegialidade dos bispos com o papa, em especial sobre as conferências episcopais (69), e, o último, reunido em 1985, para avaliar a aplicação dos documentos do Concílio Vaticano 2º, no vigésimo aniversário de sua realização.

O sínodo é uma experiência de fé e, por isso, os trabalhos são feitos num clima de oração e contam com as preces das comunidades do mundo inteiro. Tem por finalidade colaborar com o Santo Padre nas questões de fé e costumes, na disciplina eclesial e no estudo das questões que se referem à ação da Igreja no mundo. Possui caráter consultivo. Mas, em casos especiais, o Santo Padre pode lhe conferir função deliberativa.

O sínodo foi longamente preparado, desde 1983. Através das contribuições enviadas pelo episcopado, elaborou-se um documento de trabalho sobre o tema "A vocação e a missão dos leigos na Igreja e no mundo vinte anos depois do Concílio Vaticano 2º".

O programa deste mês inclui três fases — a primeira fase, até 14 de outubro, está articulada em dezesseis sessões plenárias nas quais intervêm oradores conforme livre inscrição, que procuram aprofundar o relatório sobre o tema central, a seguir, de 15 a 20 de outubro, inicia-se a segunda fase, sob a forma de discussões em doze grupos. Os "círculos menores", divididos conforme as línguas, a fase final, destina-se a elaborar e votar, proposições a serem apresentadas ao Santo Padre. Este sínodo inclui, ainda, no programa, um conjunto de relatórios sobre o período de trabalho de 83-87, acerca da preparação do catecismo da Igreja Católica, cuja primeira redação estará terminada até o início do ano próximo, para consulta aos bispos.

A inovação maior do sínodo, é a possibilidade de se ouvir, em quatro grandes sessões, o depoimento dos participantes leigos.

Nesta noite de sábado, na Basílica de São Pedro, reúnem-se milhares de fiéis, com o papa e os bispos, para a vigília de oração pelo sínodo. Ofereçamos também nossas preces, unidas as dos enfermos, e das comunidades do mundo inteiro.

D. Luciano Mendes de Almeida escreve aos sábados nesta coluna.

Panorama histórico da ação pastoral

Encerrando o ciclo de palestras desenvolvido durante 1987 para os catequistas do Setor Lapa, 45 agentes de pastoral reuniram-se com Dom Alfredo Novak, no dia 27 de outubro, das 20h00 às 22h00, no salão da Igreja da Lapa. O encontro foi dedicado a uma avaliação da caminhada e ao levantamento de propostas de continuidade.

Frente à questão sobre o significado destas noites de estudo para o Setor e a Comunidade, os participantes destacaram a importância de um trabalho conjunto, entrosamento, crescimento na fé e na espiritualidade. Os encontros criaram uma maior conscientização, permitiram a formação de um senso crítico com relação aos meios de comunicação e orientaram para um crescimento comum, enquanto povo de Deus.

Em sua exposição, Dom Alfredo traçou um panorama histórico da evolução da Pastoral de Conjunto na Igreja do Brasil, desde o Plano de Emergência, proposto por Paulo VI, em 1962, até a última edição das

"Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil 1987-1990", apresentadas no Documento 38 da CNBB. É preciso preparar o terreno para apresentar essas Diretrizes à Comunidade, pois elas supõem toda uma caminhada e um conhecimento anterior. Ele apresentou um quadro comparativo da evolução das Diretrizes, desde 1979, e destacou os elementos novos introduzidos ou modificados em sua última formulação, recentemente publicada.

A Catequese Renovada situa-se dentro de uma perspectiva histórica. Aqui, os catequistas são depositários de toda uma herança pastoral de grande riqueza. É preciso conhecer cada vez mais o conteúdo dos Documentos do Vaticano II, dos Sinodos dos Documentos Sociais da Igreja..., dentro de um processo de formação constante. "Formar o povo de Deus é, antes de mais nada, orientá-lo para que realize a síntese entre fé e vida, de forma que, inserido no mundo, ele possa transformá-lo encarnando em suas estruturas os valores evangélicos" (Doc. 38 nº 85).

"OUVI O CLAMOR DESTE POVO"

A Campanha da Fraternidade/88, que irá despertar as Comunidades para a verdadeira situação da raça negra em nossa sociedade, analisá-la à luz da Palavra de Deus e organizar formas de superação de preconceitos e discriminação, foi matéria de encontro de reciclagem do dia 27 de outubro, das 9h00 às 12h00, no Centro de pastoral, Freguesia do O. Estavam presentes 75 pessoas, sacerdotes, a maioria, religiosos e agentes de pastoral. O Padre Mauro Batista, que expôs o tema, abordou um breve histórico da elaboração do texto base e os três pressupostos da CF/88: 1) A escravidão fez, faz, explicou e explica o Brasil. 2) A ideologia do branqueamento. 3) Evangelização e pacto colonial.

O escravo faz parte da razão de ser do Brasil que se formou, fornecendo-lhe a estrutura tanto econômica, quanto política e cultural. Por outro lado, a escravidão, entre nós, criou-se dentro de uma mentalidade racista, na qual tudo que é

branco é bom. É necessário exocizar essa ideologia, e deixar de considerar demoníacos os cultos afros.

O objetivo da exposição foi oferecer uma ferramenta adequada para a leitura do texto base, capaz de clareá-lo e orientar para o agir.

Outros aspectos delineados foram a relação entre Bíblia, Igreja e CF. Quanto à Igreja, é preciso rever o passado, reconhecer os erros e fazer penitência.

O encontro completou-se com trabalhos em grupos para levantamento de sugestões para a Campanha. Como nos anos anteriores, a Equipe Regional de Catequese irá assumir a dinamização da CF na Região Lapa.

SÍNODO DOS LEIGOS

Palestras no Instituto Pio XI, Rua Pio XI, 1.100; 12/11 - Antonio Geraldo Aguiar, Presidente do Conselho Nacional de Leigos e assessor da CNBB junto ao Sinodo, **Retrospectiva do Sinodo e Perspectiva**. 13/11 - Marcos Rodrigues, Professor de Teologia no Instituto Pio XI, **Perspectivas Teológicas e Pastorais**. Horário 20h00.

Sé

Fjr Vocação e missão dos leigos

LUCIANO MENDES DE ALMEIDA

4/10/87

A primeira semana de trabalho do atual Sínodo de Bispos sobre os Leigos, que está se realizando em Roma durante o mês de outubro, dedicou-se em aprofundar o tema central. A discussão foi introduzida por uma síntese apresentada pelo cardeal Jacinto Thianou, arcebispo de Dakar, no Senegal. O assunto já tinha sido exposto no "instrumento de trabalho", publicado com meses de antecedência. O novo texto focalizou a "Vocação e Missão dos Leigos no Mundo". O cardeal relator colocou em evidência a identidade do cristão, seja qual for seu carisma e estado de vida.

Pelo batismo formamos um só povo de Deus, chamado à santidade, à participação da comunhão divina nos dias de hoje, e, empenhado em continuar a tríplice missão de Jesus Cristo: anunciar o Evangelho e dar testemunho de sua ressurreição, oferecer-se para que todos tenham a

vida nova que deriva da redenção e participar da ordenação deste mundo para Deus, superando os desvios provenientes do pecado.

O relator selecionou quatro questões concretas para estudo:

* Em que consiste a dimensão secular do cristão leigo?

* Que relação deve haver entre as associações leigas e a hierarquia?

* Multiplicam-se os serviços e ministérios na Igreja. Como definir melhor os ministérios conferidos a leigos e a sua relação com os bispos, padres e diáconos?

* Não menos importante é a quarta dimensão, que trata da dignidade da mulher e da missão que lhe é própria na Igreja.

Durante a semana, as longas sessões da manhã e da tarde deram lugar ao uso livre da palavra por parte dos membros do Sínodo. O tempo concedido é de oito minutos por orador. Isto permite, no entanto, cada um completar a exposição

através de um texto escrito publicado nos anais. As línguas até o momento mais utilizadas, quase na mesma proporção, são o latim, o francês e o inglês, seguidas de perto pelo espanhol.

Os assuntos mais tratados têm sido o da caracterização da missão dos leigos, o tema da mulher na Igreja à luz da vida exemplar de Maria, o trabalho de formação dos leigos, a atuação nas comunidades de base, nos movimentos e associações, os serviços na educação e na saúde e o empenho para a transformação das situações de injustiça e pecado por meio dos valores evangélicos.

Vão surgindo aspectos de consenso que deverão, na próxima semana, ser aprofundados e discutidos em grupos de estudo.

Falaram ainda nestes dias doze leigos, homens e mulheres, apresentando o testemunho da vida árdua do operário, o da mãe de família, o dos

deficientes e enfermos, o do empresário e outros, no esforço comum de viverem sua fé, participando da própria comunidade de Igreja e da transformação dos ambientes em que vivem.

O balanço desta primeira semana, na opinião dos participantes, é de que o trabalho já realizado vem demonstrando algumas constantes, apesar da diversidade das nações e circunstâncias de vida. O ritmo é de rigorosa pontualidade. Há, no entanto, uma cordialidade fraterna.

A variedade dos oradores e a diferença das línguas e costumes não impedem que esteja presente em todos a preocupação com os graves problemas de paz e de justiça no mundo. Pelo contrário, é isto que faz a atenção mais profunda voltar-se para Deus, em contínua oração.

D. LUCIANO MENDES DE ALMEIDA, 56, presidente da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), é bispo-auxiliar de São Paulo.

CNBB considera parlamentarismo 'um aperfeiçoamento institucional'

Da Sucursal de Brasília

O episcopado brasileiro está convencido de que o sistema de governo parlamentarista, aprovado pela Comissão de Sistematização do Congresso constituinte, representa "um aperfeiçoamento, do ponto de vista institucional". Para os 26 bispos, membros do Conselho Permanente da CNBB — Conferência Nacional dos Bispos do Brasil —, reunidos em sua sede em Brasília, a implantação do novo regime de governo pressupõe partidos bem estruturados com programas definidos e uma burocracia estável.

Esta posição da Igreja Católica foi divulgada ontem pelo bispo de Guarabira (PB) e membro da CEP (Comissão Episcopal de Pastoral), d. Marcelo Carvalheira, escolhido para a entrevista coletiva. Segundo ele, os bispos avaliaram como positivo o resultado da Comissão de Sistematização, cujo projeto "reconhece e promove a consciência de cidadania". Entretanto, o episcopado não tem uma posição definida quanto ao



D. Aloisio Lorscheider

acabou o trabalho deste governo de transição". D. Carvalheira defendeu a implantação do parlamentarismo e quatro anos para o presidente Sarney. Mas, segundo ele, há dentro da Igreja, quem defenda um mandato de cinco anos para o presidente. Tanto d. Aloisio quanto d. Carvalheira acreditam que a melhor forma de

decidir esta questão do mandato seria através de uma ampla consulta popular, não necessariamente um plebiscito. D. Carvalheira acha que a consulta deveria ser feita aos segmentos organizados da sociedade que "têm uma posição mais crítica do que o povão".

D. Aloisio afirmou que o país vive muito mais uma crise ética do que econômica. Segundo ele, o que há no Brasil "é uma tremenda corrupção e enquanto isto não for corrigido o país nunca vai entrar nos trilhos". Ele acrescentou que a classe política esqueceu os compromissos assumidos com o povo que a elegeu.

Para D. Carvalheira esta situação "deixa claro o fisiologismo" assumido por alguns políticos que estão preocupados com a sua promoção pessoal ou do grupo a qual pertencem. Ele citou como exemplo o surgimento dos eventuais candidatos à Presidência da República. Segundo d. Carvalheira, as disputas se dão como "ponto de honra" e não motivadas por uma preocupação com "o bem comum".



D. Luciano Mendes de Almeida

mandato do presidente Sarney e nem sobre a conveniência de realização de eleições gerais após a promulgação da nova Carta.

O tempo de mandato do atual governo divide as opiniões do clero. Para o arcebispo de Fortaleza (CE), d. Aloisio Lorscheider, "quando terminar a elaboração da Constituição,

28/11/82 PM

Luciano Mendes de Almeida

Servir à nação

Em Brasília, o Conselho Permanente da CNBB terminou ontem sua reunião semestral, num clima de oração, estudo e fraternidade. Fez-se a avaliação do ano e aprovou-se a programação para 1988.

O Conselho avaliou a conjuntura que o Brasil atravessa. Reafirmou sua confiança no processo democrático e na atuação da Assembléia Nacional Constituinte.

Em mensagem às comunidades os bispos insistem em recordar a necessidade de consolidarmos a democracia, que assegure a participação do povo e a ascensão dos empobrecidos a condições dignas de vida.

O fundamento de uma transformação social que perdure são os valores morais e religiosos. Lembra o documento o empenho da Igreja pela vida, que deve ser defendida desde o primeiro momento da sua concepção, da dignidade da família, da liberdade de educação.

Mais uma vez afirma a necessidade de promoção dos direitos dos trabalhadores, de uma autêntica reforma agrária e do solo urbano. Maior ênfase é colocada em favor das populações indígenas, ameaçadas de não terem defesa legal, frente às empresas mineadoras. Durante o encontro, chefes indígenas de todo o Brasil vieram apresentar aos bispos sua angústia e a expectativa de que a Constituição venha ao encontro do direito que eles possuem à terra que sempre lhes pertenceu.

A mensagem manifesta apoio aos missionários, em especial ao bispo de Roraima, d. Aldo Mongiano, recentemente caluniado por causa de seu constante empenho em defesa do índio.

Não raro, a Igreja tem sido questionada sobre a sua posição em favor da reforma agrária. O documento recorda que a doutrina católica não é contra a propriedade, indispensável à dignidade da pessoa humana e que, portanto, deve estar ao alcance de todos. Esclarece que outra é a posição dos que propugnam, como a UDR, o direito absoluto a latifúndios sem colaborar para que tenham acesso à terra milhões de brasileiros que dela necessitam.

A seca volta a flagelar o Nordeste. É lamentável que não se tenha ainda uma opção política firme em benefício desta área sofrida do país. As dioceses deverão reativar o esquema de entreadjudá que vigorou em anos passados. Em virtude de sua missão religiosa, a Igreja, procurando ser fiel ao evangelho, tem o dever de se empenhar pela transformação das condições injustas de vida por via pacífica. Outro caminho seria inaceitável e pernicioso como a história demonstra.

E por isso que alimenta a esperança de que as atuais dificuldades que a Assembléia Nacional Constituinte enfrenta possam ser vencidas pelo diálogo que assegure o processo democrático. Os trabalhos das comissões alcançou conquista de valor em muitos pontos.

Fazem os bispos um apelo aos constituintes para que o exemplo de patriotismo e o empenho pela unidade em favor do povo venham reanimar o país em seu processo de democratização.

Mais do que de estudo, estes dias foram de oração na certeza de que a graça de Deus é sempre maior do que nossas dificuldades e limitações.

O povo que lutou e sofreu pela volta da democracia não merece ser frustrado na sua expectativa.

É hora de superarmos pretensões grupais e partidárias.

É hora de grandeza no serviço à nação.

D. Luciano Mendes de Almeida escreve aos sábados nesta coluna.

D. Luciano diz que textos do CSN "não são atuais" 6-11-83 FN

Do correspondente em Campo Grande

O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Luciano Mendes de Almeida, disse ontem, em Campo Grande (MS), os estudos elaborados pela Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG/CSN), de não serem "atuais". D. Luciano disse que "percebo neles a apresentação de um Estado marcado pelos famosos objetivos nacionais, pela doutrina da segurança nacional, que contrasta com a imagem de um Estado que para nós deveria ser democrático", disse.

O presidente da CNBB aproveitou sua ida a Campo Grande, onde participou da solenidade de comemoração do 25º aniversário das Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso, e distribuiu exemplares do fascículo "A Verdadeira Conspiração contra os Povos Indígenas, a Igreja e o Brasil". A obra, de 51 páginas, foi preparada pela CNBB e pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) para responder ao documento do SG/CSN, que foram entregues à Comissão Mista Parlamentar de Inquérito (CMPI), instalada no Con-

gresso Nacional para apurar denúncias contra o Cimi.

Indigenismo

Em entrevista coletiva concedida às 17h30 de ontem, d. Luciano criticou mais "três coisas" no documento da SG/CSN. A primeira delas refere-se à política revelada nos estudos. "Esse documento revela que a política indigenista do governo conduz ao desaparecimento das comunidades indígenas, porque oferece ao índio civilizado um tratamento que não é mais de índio", afirmou.

D. Luciano, no segundo ponto, diz que o documento "agride" a ação pastoral da Igreja Católica do Brasil, e "pessoas concretas, inclusive eu, sem nenhuma prova". O arcebispo disse que fez apenas uma "análise superficial" dos estudos por "falta de tempo". Para d. Luciano, a política de fronteiras estabelecidas no projeto Calha Norte "desconhece o direito que o índio tem ao seu desenvolvimento e a seu progresso, em suas terras". Esses foram os motivos, segundo ele, que o levaram até o gabinete do presidente Sarney, anteriormente.

...ações. O presidente

Natal renovador

D. CÂNDIDO PADIN 24/12/82 Fm

Um dos maiores desgastes da nossa vida é a instalação da rotina. Quando acostumamos à simples repetição das coisas do dia-a-dia sem refletir muito no seu significado, vamos perdendo a sensibilidade para a grandeza dos valores maiores da vida. Até mesmo as pessoas que nos cercam entram nessa desvalorização. Esquecemos de olhar para os encantos da natureza e parece que tudo se cobre de um manto cinzento que não diferencia as coisas.

Isso está acontecendo com muitos cristãos em relação à comemoração dos grandes mistérios da vida de Cristo, particularmente o Natal e a Páscoa. Na verdade, o que ocorre com esses cristãos é o abandono progressivo da vivência da sua fé religiosa, com a diminuição do contato direto com a Palavra de Deus e a renovação das energias sacramentais. As preocupações com a satisfação das necessidades mais imediatas ou as ambições por grandezas efêmeras vão substituindo aos poucos as riquezas dos dons divinos e as perspectivas da eternidade. O vazio de Deus, porém, permanece porque nunca pode ser preenchido pelo pequenino tamanho das coisas transitórias. É por isso que esses cristãos, mesmo inconscientemente, sentem uma atração íntima para alguma participação nos grandes acontecimentos sacros: Natal, Páscoa, procissão do Senhor Morto, grandes peregrinações ou mesmo visita do Papa. De nada adianta disfarçar alegando que o faz por puro hábito social ou para satisfazer uma simples curiosidade. Há uma força interior provocada por aquele vazio clamando pela presença do Senhor. Só ele é o dono daquele espaço.

O Natal é a ocasião em que tudo isso se manifesta de modo bem visível. Não há quem não se sinta movido pelo desejo de dar algum presente às pessoas mais queridas. É um reflexo do significado do Natal, quando Deus nos oferece o maior presente que é seu Filho na carne humana. Uns imitam esse gesto de doação porque estão conscientes do significado do Natal, vivendo e alegrando-se com a presença de Deus. Outros, que não praticam a fé cristã ou mesmo negam a ação de um ser supremo, são levados ao mesmo gesto inconscientemente por aquela força interior que busca preencher o vazio a que aludimos.

É inegável que exista em cada um de nós o desejo de oferecer algo aos que amamos. Queremos tornar sensível e palpável o nosso amor. Sentimo-nos frustrados e angustiados quando não temos meios para realizar esse desejo. O tempo do Natal é a ocasião em que se torna mais visível e gritante a estrutura injusta da nossa sociedade que instalou a frustração e a angústia de modo permanente para a maioria da população. As famílias pobres não têm nem o suficiente para comer, muito menos a possibilidade de dar a seus filhos um presente. Não é remédio a essa situação a iniciativa de alguns ricos, especialmente empresários, fazendo distribuições aos seus funcionários ou às crianças das periferias. O gesto generoso desse tipo não corrige as injustiças durante o ano todo. É o caso de fazendeiros que distribuem carne abundante no Natal para os pobres, mas impedem uma verdadeira reforma agrária que permita aos camponeses, que querem trabalhar a terra, a possibilidade de produzir o sufi-

ciente para a manutenção digna da sua família.

Para quem guarda essas falsidades no seu coração não pode haver verdadeira celebração do Natal. O dom de Deus é total, sem reservas. Ou será imitado por nós ou será falsificado.

Hoje o que predomina é a sua falsificação de várias maneiras. Além das que apontamos acima, vejamos em que termos se enviam as costureiras saudações. Montou-se uma verdadeira indústria da impressão de cartões natalinos ou fórmulas de telegramas. Em sua grande maioria nem fazem alusão ao nome do aniversariante, de quem se comemora o nascimento. Reduz-se tudo à banalidade dos votos de "Boas Festas". Fica claro, portanto, o caráter puramente festivo que se dá ao Natal, reduzido ao comer e beber e à troca de presentes.

O Natal, no entanto, poderia ter uma grande força de renovação. Para os cristãos, evidentemente, é uma fonte perene de revigoreamento da sua fé como adesão ao Deus que se faz presente na história dos homens. Adesão que exige uma sincera conversão capaz de corrigir os comportamentos incorretos que violaram a justiça e a fraternidade para com os irmãos. O cristão que contempla a cena do nascimento de Jesus, o Filho de Deus, na manjedoura de uma gruta situada na periferia da cidade, não pode deixar de se preocupar com a situação de milhares de seus irmãos que se encontram marginalizados da sociedade. A mensagem do presépio é um aguilhão para a consciência dos que desejam ser discípulos do Cristo. Não podem ter uma consciência tranquila enquanto não colaborarem para uma

partilha mais justa dos bens da sociedade.

Mesmo os que não aderem ou vivem a fé cristã não podem negar o valor profundamente humano da mensagem do Evangelho que se inicia com o nascimento de Jesus. A doutrina que esse menino nos ensinou, ao assumir sua vida pública, contém um projeto de convivência humana baseado no respeito à dignidade de cada pessoa sem qualquer discriminação.

A atenção para com os marginalizados da sociedade, como no caso dos dez leprosos, constitui um padrão de comportamento que deveria inspirar todos os projetos de política social nos nossos dias. As recomendações de paciência e tolerância, praticadas por ele no julgamento a que foi submetido, fundamentam um processo de não violência que deveria substituir a irracional mentalidade de confrontos militares para resolver disputas de interesses entre nações.

Seria, portanto, louvável que os não cristãos ou mesmo não crentes recorressem à leitura do Evangelho pelo simples motivo de tomar conhecimento de uma obra que operou enorme transformação na humanidade.

Lamentavelmente, o mau exemplo de muitos cristãos, que não vivem coerentemente o Evangelho, influi negativamente para o interesse de não-cristãos. O mau exemplo, porém, não invalida a autenticidade e a força construtiva do Evangelho. Os inteligentes e os de reta intenção saberão valer-se do sentido renovador anunciado pelo Natal de Jesus.

D. CÂNDIDO PADIN, 70, é bispo de Bauru (SP) e jurista.

Bibliothek
100 18
Institut für Brasilienkunde
METTINGEN

Institut für Brasilienkunde